



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CAHL – CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

FRANCIELE REIS DA SILVA

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE E AS
PROPOSTAS DO PPA 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA**

CACHOEIRA-BA

2018

FRANCIELE REIS DA SILVA

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE E AS
PROPOSTAS DO PPA 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Inês Caetano Ferreira

CACHOEIRA-BA

2018

FRANCIELE REIS DA SILVA

**ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE E AS
PROPOSTAS DO PPA 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

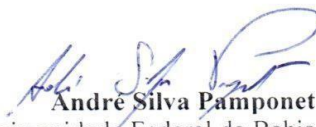
Aprovado em 24 de agosto de 2018.



Maria Inês Caetano Ferreira
Professora Orientadora
Doutora em Sociologia pela USP
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



André Silva Pamponet
Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Estadual de Feira de Santana

À Deus, e aos meus amados pais!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me guiado em toda a minha caminhada, pela força e discernimento concebidos que me permitiram chegar até aqui.

À minha mãe, amada princesa! Obrigada por toda compreensão e em permanecer ao meu lado me dando forças até mesmos nas noites de angustias dedicadas à minha vida acadêmica. A senhora é e sempre será meu exemplo de mulher, mãe, esposa e guerreira.

Ao meu pai, amado herói e protetor!! Obrigada por todo apoio e conselhos dados que contribuíram em toda jornada da minha vida!

Meus queridos pais, obrigada por todo carinho, incentivo e dedicação. Saibam que essa vitória não é só minha é de vocês também!!

Ao meu querido irmão, Renan por todo carinho, alegria e momentos de descontração quando mais precisava me alegrar.

Aos meus irmãos mais velhos, Gesiane, Rubinei e Renio ^{in memoria}.

À Danilo Almeida, obrigada por se fazer presente em todos momentos e por acreditar em mim.

Ao meu primo Rogério e minha amiga Cristiane por me incentivar.

À Fernanda, minha querida amiga de infância que sempre me motivou à não desistir.

À Ivonete Feliciano, colega de curso, obrigada por toda sua ajuda, incentivo e motivação.

A todos, meu muito obrigada!!

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

Theodore Roosevelt

SILVA, Franciele Reis da. **Análise comparativa das demandas da sociedade e as propostas do PPA 2018-2021 do Município de Cruz das Almas-Ba.** 74 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2017.

RESUMO

Nos últimos anos a gestão pública vem discutindo sobre o planejamento como ferramenta em que a união, os estados e municípios devem estabelecer diretrizes, objetivos e metas por meio do Plano Plurianual (PPA) cuja função é determinar os programas de governo para uma gestão de quatro exercícios. Este estudo buscou analisar como a gestão pública municipal construiu e promulgou o PPA 2018-2021 através do processo de escuta social. Foi utilizado como metodologia, estudo descritivo com abordagem qualitativa. Realizou-se análise comparativa das demandas da sociedade e as propostas registradas no PPA do município de Cruz das Almas-Ba, através de documentos públicos oficializados pelo diário oficial e publicações administrativas. Após a análise foi possível ter um total de 70 propostas elaboradas, discutidas e aprovadas pela população Cruzalmense. E em seguida às propostas aprovadas foram comparadas com o que de fato foi inserido no PPA do quadriênio 2018-2021. Sendo importante ressaltar, que ao analisar a lista de presença de cada eixo, ficou evidenciado a participação notável de servidores municipais, muitos deles, comissionados. À vista disso, ficam as incertezas na aprovação das demandas em plenária, se elas realmente vieram da sociedade ou se foram influenciadas pelo poder público municipal. Portanto, a participação popular nas tomadas de decisões da gestão pública é de suma relevância para a legitimação das ações governamentais.

Palavras-chave: Planejamento. Participação. Plano Plurianual.

SILVA, Franciele Reis da. **Comparative analysis of the demands of society and the proposals of the PPA 2018-2021 of the municipality of Cruz das Almas-Ba.** 74 p. Course conclusion work of technology in public management-Center for the arts, humanities and letters, Federal University of Recôncavo of Bahia, waterfall, 2017.

ABSTRACT

In recent years public management has been discussing planning as a tool in which the union, states and municipalities should establish guidelines, objectives and targets through the Multi-Year Plan (PPA) whose function is to determine the government programs for a management of four Exercises. This study sought to analyze how the municipal public management built and promulgated the PPA 2018-2021 through the process of social listening. A descriptive study with a qualitative approach was used as methodology. A comparative analysis of the demands of the company and the proposals registered in the PPA of the municipality of Cruz das Almas-Ba were carried out through public documents made official by the official journal and administrative publications. After the analysis it was possible to have a total of 70 proposals elaborated, discussed and approved by the Cruzalmense population. And then the approved proposals were compared with what was actually inserted in the PPA 2018-2021 quadrennium. It is important to emphasize that when analyzing the presence list of each axis, it was evidenced the notable participation of municipal, many of them, commissioned employees. In view of this, there are uncertainties in approving demands in plenary, whether they actually came from society or whether they were influenced by municipal public power. Therefore, popular participation in public management decision-making is of great relevance for the legitimation of governmental actions.

Keywords: Planning. Participation. Multiannual Plan.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de Participantes por eixo temático.....	34
Quadro 2 – Categorias da área de atuação das propostas aprovadas na audiência pública para efetivação do PPA-P 2018-2021	35
Quadro 3 – Propostas classificadas na área de atuação da gestão em audiência pública para a efetivação do PPA-P	37
Quadro 4 - Propostas classificadas na área de atuação de infraestrutura e obra em audiência pública para a efetivação do PPA-P	38
Quadro 5 - Propostas classificadas na área de atuação de meio ambiente em audiência pública para a efetivação do PPA-P	39
Quadro 6 - Propostas classificadas na área de atuação de atenção em saúde em audiência pública para a efetivação do PPA-P	40
Quadro 7 - Propostas classificadas na área de atuação de desenvolvimento humano em audiência pública para a efetivação do PPA-P	40
Quadro 8 - Propostas classificadas na área de atuação de zeladoria urbana em audiência pública para a efetivação do PPA-P	41
Quadro 9 - Propostas classificadas na área de atuação em diversas áreas em audiência pública para a efetivação do PPA-P	41
Quadro 10 - Propostas classificadas em duas áreas de atuação em audiência pública para a efetivação do PPA-P	42
Quadro 11 – Eixo estruturante I – Inclusão e assistência social.....	43
Quadro 12 – Eixo estruturante II – educação, Esporte, Cultura e Lazer.....	45
Quadro 13 – Eixo estruturante III – Saúde	46
Quadro 14 – Eixo estruturante IV – Infraestrutura e desenvolvimento urbano	47
Quadro 15 – Eixo estruturante V – Agricultura e Meio Ambiente.....	48

LISTA DE SIGLAS

CAPPA - Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual
CEDETER - Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CF - Constituição Federal de 1988
DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAD – Ensino a Distância
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GPA – Governo do Povo em Ação
GTTs - Grupos de Trabalho Territoriais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA - Lei Orçamentária Anual
OPI - Orçamento Plurianual de Investimentos
PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo
PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB - Produto Interno Bruto
PGP – Programa de Governo Participativo
PNDs - Planos Nacionais de Desenvolvimento
PND-NR - Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República
PNPS - Política Nacional de Participação Social
PPA - Plano Plurianual
PPA-P - Plano Plurianual Participativo
PT - Partido dos Trabalhadores
SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.
SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SNPS - Sistema Nacional de Participação Social
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNIFACS - Universidade Salvador
UNINTER - Centro Universitário Internacional
UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	13
2.1 PLANO PLURIANUAL – PPA.....	16
2.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO	17
2.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA	17
3 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO	19
3.1 DECRETO 8.243/2014	20
4 OS PLANOS PLURIANUAIS PARTICIPATIVOS PPA-Ps	21
4.1 PPA-P NO BRASIL.....	21
4.2 PPA-P BAHIA.....	22
4.3 PPA-P 2018-2021 DE CRUZ DAS ALMAS	24
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS	26
5.1 TIPO DA PESQUISA.....	26
5.2 LÓCUS DA PESQUISA.....	26
5.2.1 Caracterização do Município	27
5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA	28
5.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	30
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	31
61 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA-P 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA	31
6.1.1 Audiência Pública Governo Participativo-Plano Plurianual 2018-2021	33
62 ANÁLISE DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE PARA O PPA-P 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA	34
63 ANÁLISE DAS PROPOSTAS APROVADAS NO PPA-P 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA	43
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
ANEXO A – INICIATIVAS REGISTRADAS NO PPA 2018-2021	55

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a gestão pública vem discutindo sobre o planejamento, ferramenta estrutural estabelecida pela constituição Federal (CF), em que a União, os estados e municípios devem estabelecer diretrizes, objetivos e metas por meio do Plano Plurianual (PPA) cuja função é determinar os programas de governo para uma gestão de quatro exercícios (ANDRADE, 2005).

Assim, nota-se que nas últimas décadas os métodos de organização democrática no país ganharam lugar de destaque entre os gestores públicos, além de ser elemento de várias pesquisas associadas à administração de muitos municípios, assim como, a participação social tornou-se um passo importante para o desenvolvimento de uma gestão mais efetiva, eficaz e eficiente. Associa-se a esta mudança, a questão do foco ter sido transferido do controle para a gestão orientada a resultados, pois tem contribuído para isso a integração entre planejamento, orçamento e gestão e expansão do uso de informações e indicadores sociais (VARELA; MARTINS, 2005; PARGLIARUSSI; NOSSA; LOPES, 2005).

A relevância do planejamento está na nova configuração do sistema orçamentário brasileiro, originando novos instrumentos, como o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, além dos orçamentos anuais (THOMÉ, 2012). Sobre a ótica do desenvolvimento e da melhoria do bem-estar social, o Plano Plurianual assume um objeto de estudo capaz de proporcionar indicações valiosas acerca da capacidade estatal de planejamento e gestão em virtude dele ser o plano pelo qual são elencados as prioridades do curso de ação dos governos e, assim, exercer suma importância para o ordenamento e controle da atividade governamental (ROSA, 2016).

De acordo como Cavalcante (2007) o PPA, sobretudo, consiste na principal ferramenta para a implementação do planejamento nas atividades governamentais de médio prazo. Possui um papel de coordenação do plano de ações de governo podendo subordinar aos seus desígnios todas as ações que não tenham sido previstas no começo do processo. É importante ressaltar que o plano plurianual (PPA) submerge a direção para a alocação dos recursos públicos de caráter hábil e racional, com base no emprego de modernas técnicas de planejamento.

O PPA tem como essência um modelo de gestão por resultados fundamentados em programas de governo, esses programas têm início entre o

segundo ano da gestão atual e no primeiro ano da gestão que se inicia. Assim, a pesquisa proposta tem como questão problema: as propostas aprovadas em audiência pública foram incluídas no PPA 2018-2021 do município de Cruz das Almas?

Nesta perspectiva, o objetivo geral do estudo é analisar como a gestão pública municipal construiu e promulgou o PPA 2018-2021 através do processo de escuta social. E como objetivos específicos: compreender o processo interno de construção do PPA; avaliar as demandas aprovadas em plenária da audiência pública de elaboração do PPA e identificar quais as demandas aprovadas pela população foram contempladas no PPA 2018-2021.

Desta forma, o que o que estimulou a realização desta pesquisa, foi a importância da participação popular nas tomadas de decisão do governo, especificamente na elaboração do Plano Plurianual. O PPA-P promove o diálogo entre a sociedade e o poder público municipal, de modo, em que a população exponha suas reivindicações, propostas e expectativas para que sejam analisadas e introduzidas no planejamento governamental.

Em geral, muitos municípios buscam promover a participação social através de audiências públicas. Esse tipo de experiência pode ser satisfatório ou não e neste caso, busca-se compreender como o município de Cruz das Almas – BA construiu o seu PPA Participativo e como as demandas da população encontram -se registradas para o quadriênio de 2018-2021.

2 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Planejamento governamental é um instrumento da Gestão Pública que cabe a todos os gestores tê-lo como ferramenta essencial para o direcionamento das suas ações. A prática do planejamento irá conduzir o gestor à definição de diretrizes de futuro para o governo, traçando planos e metas prioritárias, a fim de reduzir custos e otimizar resultados nas políticas públicas.

Conhecer o processo histórico de planejamento no Brasil ajuda a entender toda a trajetória permitindo avaliar posteriormente o modelo atual utilizado por todas as instâncias, seja no federal, estadual ou municipal.

O planejamento governamental foi estabelecido no Brasil a partir do Governo de Getúlio Vargas. Portanto, é a partir dos anos 30 que o país inicia a construção de cultura e prática de planejamento governamental (SOUZA, 2004). Entre os anos de 1939 a 1943 no governo de Getúlio Vargas, instituiu o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, que tinha como principal objetivo promover a criação de indústrias chamadas básicas, como a siderurgia, a execução de obras públicas, bem como prover a defesa nacional dos elementos necessários à ordem e à segurança do País (Decreto-Lei nº 1.058.jan/1939). Ainda no governo de Vargas, entre os anos de 1944 a 1947 foi instituído pelo Decreto-Lei nº 6.144 de 29 de dezembro de 1943 o Plano de Obras e Equipamentos, que tinha como seu principal objetivo a garantia da realização de obras públicas e o incentivo às indústrias básicas, no entanto, esse plano não foi levado adiante.

Logo após, no período do governo de Eurico Gaspar Dutra, foi estabelecido o Plano Salte, que tinha como prioridades de investimentos quatro setores: Saúde, Alimentação, Transporte e Energia (SALTE). O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), considerado por Celso Lafer como a primeira experiência efetiva de planejamento governamental no país, incluía cinco setores: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. A partir desses setores, o plano abrangia 30 metas, além da construção de Brasília que foi construída em tempo recorde.

Mais adiante, em 1963 no governo de João Goulart, foi elaborado pelo ministro Celso Furtado, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que tinha como principal objetivo promover o crescimento e o desenvolvimento econômico do

país e combater a inflação. Já entre 1964 a 1966 é a vez do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que buscava atenuar as diferenças regionais e setoriais, acelerar o crescimento econômico e controlar a inflação. Após, no governo de Costa e Silva, porém elaborado no governo anterior pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi criado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), foi o primeiro planejamento de longo prazo (dez anos), com modelo de desenvolvimento macroeconômico, mas que não chegou a ser executado.

Em 1967 se estabeleceu o Decreto-lei nº200 que visava a organização da Administração Pública, além da Reforma Administrativa. Este decreto, segundo Paludo e Procopiuck (2011) elevou o planejamento a princípio fundamental na administração federal, o qual era composto de quatro instrumentos básicos: plano geral de governo; os programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; o orçamento-programa anual; e a programação financeira de desembolso.

Ainda no governo de Costa e Silva foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) que tinha por objetivo traçar uma política de desenvolvimento econômico, conter a inflação, aumentar o crescimento da oferta de empregos, além do desenvolvimento social. O PED foi um plano pensado a médio prazo para o triênio de 1968 a 1970, não deixando de ressaltar a elaboração do primeiro Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) que se deu no mesmo período, onde, segundo Matos (2002) este desempenhou importante papel na execução do Programa Estratégico de Desenvolvimento.

Entre 1970 a 1973 é a vez do Plano de Metas e Bases para Ação do Governo, que tinha como propósito inserir o país no mundo desenvolvido até o final do século. Para isto, as suas prioridades eram: educação, saúde, saneamento, agricultura e abastecimento, progresso científico e tecnológico, além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Já nos anos de 1972 a 1985, teve o início dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), nesse período houve a elaboração de três PND. O primeiro foi elaborado para os anos de 1972 a 1974 durante o governo de Emílio Médici e tinha como três grandes objetivos nacionais:

Primeiro - colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas;
Segundo - duplicar, até 1980, a renda per capita do Brasil (em comparação com 1969);
Terceiro - elevar a economia, em 1974, as dimensões resultantes de um crescimento anual do Produto Interno Bruto entre 8 e 10%. (BRASIL, 1971).

Além destes, o plano também buscava gerar uma economia moderna, competitiva e dinâmica e promover a democracia social, racional, política e econômica. (BRASIL, 1971). Mais adiante, entre 1975 a 1979 foi elaborado o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, este no governo de Ernesto Geisel, que segundo Sandroni (1999) propunha-se transformar o Brasil numa “potência emergente”, deslocando-o do Terceiro Mundo, subdesenvolvido, para o espaço dos países altamente industrializados. O plano também investiu nas siderurgias, petroquímicas, bens de capital, além dos investimentos em pesquisas nos setores de energia, petróleo e álcool. Porém, o plano não conseguiu transformar o Brasil em uma potência emergente e obteve um aumento da dívida externa.

E nos anos de 1980 a 1985 é a vez do III PND. No governo de João Figueiredo, em um cenário de crise econômica internacional, o plano, assim como os anteriores, buscava objetivos em prol do desenvolvimento nacional, este, utilizando medidas com o menor prazo possível. Os objetivos nacionais do III PND estão ligados ao: aumento da oportunidade de emprego, melhoria na distribuição de renda, redução das disparidades regionais, aperfeiçoamento democrático social, avanços no setor de energia e controle inflacionário e da dívida externa. Porém, o III PND não obteve sucesso e marcou o fim do planejamento voltado para o desenvolvimento nacional.

Após, se inicia o período da Nova República, onde lançou o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND – NR), elaborado para os anos de 1986 a 1989, no governo de José Sarney, que durante o seu mandato, buscando a estabilização da economia brasileira lançou o Plano Cruzado, o Plano Cruzado II, o Plano Bresser e o Plano Verão, que por sua vez, fracassaram-se todos no combate à inflação e da dívida externa.

Até aqui foi possível analisar as estratégias de planejamento governamental brasileiro, que por sua vez não alcançaram sucesso, além de não contar com a participação social na elaboração e implementação de suas políticas públicas. Portanto, foi a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF/88), pelo Congresso Constituinte, pôde-se considerar que esta marcou o processo de redemocratização brasileiro, onde se instituiu bases para um novo modelo de

planejamento governamental e orçamento para a Administração Pública, estes são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A CF/88 também proporcionou a ampliação da participação popular nas políticas públicas do país. Assim, surge a necessidade de explicitar um pouco mais sobre as bases do novo modelo de planejamento e orçamento para a administração pública. Como é apresentado nos próximos capítulos.

2.1 PLANO PLURIANUAL – PPA

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, de iniciativa do Poder Executivo, tanto para a Presidência da República, Estados e Municípios. Foi instituído no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), com intuito de tornar mais evidente os programas e trabalhos do governo, assim, o PPA define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Logo a CF/88 o define no artigo 165:

Art. 165 § 1º. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (CF/88)

De vigência quadrienal, este plano é elaborado no primeiro ano de mandato do Poder Executivo, sendo o seu planejamento para os quatro anos seguintes. No âmbito federal, o Presidente da República deve encaminhá-lo para aprovação do Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do ano que estiver em curso do seu primeiro mandato. Em seguida, o Congresso deverá devolvê-lo até o dia 22 de dezembro para que então seja sancionado. Desse modo, o PPA passa a vigorar no segundo ano do mandato presidencial atual com vigência até o final do primeiro ano do mandato presidencial seguinte.

Assim, pode-se afirmar que a Constituição Federal de 1988 impôs o planejamento como uma exigência para que haja estabilização entre as receitas e despesas públicas, de forma a otimizar a utilização dos recursos públicos, aliando o orçamento ao planejamento. Segundo Aguilar et al. (2010), durante a elaboração do PPA será imprescindível que a Administração conheça os recursos que potencialmente ingressarão aos cofres públicos e os gastos necessários para manter

os serviços públicos já existentes. Portanto, no PPA deverá constar as despesas cotidianas dos órgãos da Administração Pública.

2.2 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

Associada ao PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento que vincula o Plano Plurianual com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Sua definição está no artigo 165 da Constituição Federal de 1988:

Art.165 § 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (CF/1988)

Deste modo, a LDO deverá ser elaborada anualmente pelo Chefe do Executivo e encaminhado o Projeto de Lei para apreciação e aprovação pelo Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano, onde o prazo para devolução para sancionar deverá ser até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17 de julho), não podendo interromper a sessão legislativa sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Portando, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é de obrigatoriedade para as esferas Federal, Estadual e Municipal, e tem por objetivo definir as metas e prioridades da Administração Pública, a partir dos programas incluídos no PPA, para o próximo ano do exercício financeiro, de modo a orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

2.3 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é elaborada a cada ano e deve estar em consonância com o PPA e a LDO. Buscando materializar os planos e metas contidos no Plano Plurianual, definindo os recursos necessários obedecendo os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LOA também estima as receitas e fixa as despesas da administração pública para o ano seguinte. Composta pelo orçamento fiscal, de

investimento das empresas estatais e da seguridade social, o artigo 165 § 5º da Constituição Federal de 1988 traz:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (CF/88)

Com vigência anual, a LOA deve ser elaborada pelo Poder executivo e encaminhada para o Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de cada ano, onde deverá ser aprovada até o encerramento da sessão legislativa (22 de dezembro).

A democracia e a participação popular na elaboração até avaliação dos instrumentos de planejamento e orçamento da gestão pública (PPA, LDO e LOA) é de suma importância para a legitimação das ações de governo. Esta importância será mostrada nos próximos capítulos.

3 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para a redemocratização do país, além de promover a ampliação da participação social no processo de tomada de decisão das políticas públicas. Pateman (1992) traz o pensamento de diversos teóricos referente a conceitos e discussões sobre democracia, ela menciona a definição que Schumpeter (1961) traz em sua análise, “a democracia é um método político, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas (legislativas e administrativas)”, portanto, para Schumpeter, o voto e o debate são os únicos meios de participação do cidadão.

De acordo com a definição citada acima, se trata de um formato de democracia representativa ou indireta, aonde o cidadão tem direito ao voto, escolhendo o agente político para representa-lo e decidir sobre as decisões políticas de governo. Um outro formato de democracia é a participativa ou semidireta, que por sua vez, possibilita a participação do cidadão diretamente nas tomadas de decisões através de plebiscito, referendo e iniciativa popular. No Brasil, a Constituição Federal prevê em seu artigo .14^o os formatos da democracia representativa e participativa:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
I – Plebiscito;
II – Referendo;
III – iniciativa popular. (CF/88)

É possível perceber o que se relaciona com a democracia representativa e participativa, onde se diz exercer a participação através do voto direto e secreto e mediante a plebiscitos, referendos e iniciativa popular, respectivamente. Mais, exercer a democracia participativa, ou seja, a interação da sociedade com as tomadas de decisão do governo, está além dessas três formas, a participação popular hoje no país vem a cada dia aumentando, desde o processo de elaboração e implementação de planos, orçamentos e políticas públicas, como também através do controle social.¹

¹ Controle Social: os cidadãos podem fiscalizar a ação do Estado, exigindo que o governo preste contas sobre o uso dos recursos públicos. A população verifica, assim, se o poder público está, de fato, atendendo às demandas da sociedade. Disponível em: >><http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/participacao-e-controle-social><<

3.1 DECRETO nº 8.243/2014

No Brasil, a participação social no processo do planejamento governamental veio a ser implementado a partir da Constituição Federal de 1988, sendo evidenciado também na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que traz no seu art. 48º o incentivo da participação popular na elaboração dos planos e orçamentos do Governo por meio de audiências públicas. Mas a participação social como direito está desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, onde no artigo XXI, inciso 1 afirma que “Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.” (Assembleia Geral da ONU, 1948).

Em 2014, no Governo liderado pela Presidente da República Dilma Rousseff, foi instituído o decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 que implementa a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), que tem por objetivo o fortalecimento das instâncias democráticas e a ação conjunta entre o governo e a sociedade civil, buscando a participação social em toda estrutura administrativa, desde a elaboração até a avaliação de programas e políticas públicas e em seu aprimoramento.

O Decreto define como meios de participação social: conselhos e comissões de políticas públicas; mesas de diálogos e ouvidorias; audiências e consultas públicas; conferências e fórum interconselhos; além do ambiente virtual de participação social (participa.br). Alvo de diversas críticas tanto por parte das mídias como por parte do Congresso Nacional, o decreto busca intensificar a democracia, incentivando a participação popular, o que já está previsto desde a Constituição Federal em seu art. 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (CF/88). Portanto, até a implementação da PNPS, a participação social, já era citada em leis e decretos, pois é direito de todos os cidadãos brasileiros a participação no governo e na formulação de suas políticas públicas.

4 OS PLANOS PLURIANUAIS PARTICIPATIVOS – PPA-Ps

Nesta parte da pesquisa bibliográfica relata-se sobre os planos plurianuais no Brasil, na Bahia e no Município de Cruz das Almas-Ba.

4.1 PPA-P NO BRASIL

No Brasil, a redemocratização ficou marcada a partir da CF/88, a qual ampliou o processo de participação social. No entanto, Souza (2010) em sua literatura, mostra que existiu tentativas de experiências participativas no período antecedente à Constituição Federal, essas, ocorreram em Piracicaba (SP) entre 1977 a 1982 e no mesmo período em Lages (SC). Porém a principal experiência de participação marcada no país e registrada como bem-sucedida por autores, é o Orçamento Participativo ocorrido em Porto Alegre – RS em 1989. Já no que concerne ao PPA Participativo em âmbito federal, teve sua primeira experiência a partir do governo do ex-presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva em 2003, como cita Moroni (2009):

[...] O governo Lula tratou a questão da participação, com um olhar especial sobre a criação e a reformulação de conselhos de políticas públicas nacionais, a realização de conferências nacionais e o processo participativo de debate do Plano Plurianual (PPA 2004-07) ocorrido em 2003. (Moroni, 2009 p. 108)

Diante disso, considera-se que o ex-presidente, adotou em seu primeiro mandato o interesse pela participação popular no processo de tomada de decisão das políticas públicas. Porém, de acordo com avaliação do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC (2014, p. 04) “a história registrou, assim, que a intenção deste governo de realizar uma “escuta forte” para ouvir a sociedade resultou apenas em um “sussurro rouco”. Demonstrando que a experiência não foi tão efetiva, como esperado.

No segundo mandato de Lula, na elaboração do Plano Plurianual de 2008-2011, buscou se repetir a experiência com debates em conselhos e comitês que possuem representantes da sociedade (BRASIL, 2014).

E segundo avaliação do INESC:

“as oportunidades de participação da sociedade no processo foram muito aquém do esperado, indicando que, no segundo mandato do presidente Lula, permanece a necessidade de implementar e assegurar o funcionamento de mecanismos que garantam uma participação social efetiva no momento em que o Estado elabora suas metas e planos para os gastos públicos”. (INESC,2007)

Sequencialmente, eleita Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff em seus dois mandatos buscou a realização do PPA Participativo. Para a elaboração do seu primeiro PPA, este para o quadriênio 2012-2015, foi criado o Fórum Interconselhos, que tinha como o objetivo garantir a participação da sociedade na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 (BRASIL, 2014).

Para elaboração do PPA 2016-2019, contou com a ampliação das formas de participação popular, ressaltando que em 2014 foi criada a Política Nacional de Participação Social - PNPS que determina como meios de participação: os conselhos e comissões de políticas públicas; as mesas de diálogos e ouvidorias; as audiências e consultas públicas; as conferências e fórum interconselhos; e o ambiente virtual de participação social (participa.br); facilitando a participação cidadã. Portanto, considera-se o PPA-P uma forma de democratizar as deliberações do governo através da extensão dos diálogos com a população.

4.2 PPA-P NA BAHIA

Desde a CF/88 o Plano Plurianual foi instituído no Brasil, sendo de obrigatoriedade para a União, Estados e Municípios. Entretanto, na Bahia, o primeiro PPA vigente foi para o quadriênio de 1992-1995 no Governo de Antônio Carlos Magalhães, porém não houve participação efetiva da sociedade. E esse formato se expandiu para os PPAs de 1996-1999 e 2000-2003.

É a partir da elaboração do PPA 2004-2007 no Governo de Paulo Souto que surgiu as primeiras experiências de participação no Estado da Bahia. Apesar de conter um caráter inovador, esse processo foi bastante limitado, pois foi apenas consultivo e restringiu a quantidade de participantes (500 convidados a critérios das secretárias).

Posteriormente, nas eleições seguintes, vencia como governador do estado o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) Jaques Wagner, que buscou incluir no seu governo a realização e elaboração do PPA Participativo na Bahia. Que, segundo Pomponet (2012):

O primeiro passo dado para a realização do PPA Participativo foi a adoção dos Territórios de Identidade como unidade de planejamento para a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011. (POMPONET, 2012 p.58)

Os Territórios de Identidade nesse período eram 26, sendo eles: Irecê, Velho Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jequiçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Região Metropolitana de Salvador. Atualmente são 27 (a partir de 2012), acrescentando a esses o território Costa do Descobrimento.

Foi através do decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, que instituiu o Programa Territórios de Identidade, este, também institui em seu art. 3º o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial • CEDETER como um fórum de caráter consultivo destinado a subsidiar os projetos de políticas públicas e estratégias integrantes ao Programa Territórios de Identidade (BAHIA, 2010).

Também foi instituído para a elaboração do PPA-P, o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual -CAPPA, que tinha como objetivo aconselhar e subsidiar o governo quanto à realização do PPA 2008-2011(BAHIA, 2008). Com um total de 17 plenárias realizadas com representantes dos 26 Territórios de Identidade e abertas à toda população foi elaborado o Plano Plurianual Participativo do Estado da Bahia. Para a construção do PPA-P 2012-2015, teve como inovação a criação dos Grupos de Trabalho Territoriais – GTTs que ficaram responsáveis por fomentar a escuta social. Além disso, foram seguidos os mesmos mecanismos de elaboração do plano anterior, buscando apenas corrigir as falhas cometidas.

O próximo, é o atual PPA Participativo 2016-2019, que teve como novidade a ampliação das dimensões de escuta social, que passa a ser territorial e setorial, quando anteriormente seguia apenas a primeira. Suas principais diretrizes foram: fortalecimento das dimensões estratégica e da territorial; fortalecimento como instrumento da articulação setorial; aproximação com os planos setoriais e sistemas estaduais; e ampliação da participação social no planejamento. Para a elaboração deste plano, seguiu direcionamentos da Lei nº 13.214/2014, que segundo o art. 1º:

Art. 1º Esta Lei estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, bem como os seus espaços de participação social e de relação entre as representações dos segmentos da sociedade civil e os Poderes Públicos federal, estadual e municipal. (LEI 13.214/2014, p. 01)

Esta Lei, pode ser considerada como o fortalecimento da democracia participativa e do controle social do Estado. De acordo com informações expostas em publicação de orientação do plano, o Governo do Estado, buscava avançar no processo de escuta social para o PPA Participativo 2016-2019 (BAHIA, 2015).

4.3 PPA-P 2018-2021 DE CRUZ DAS ALMAS

O município de Cruz das Almas, embora tenha optado pela contratação de empresa para auxílio da estruturação do PPA, a mesma, buscou adotar o formato participativo, com a realização de audiência pública para elaboração dos planos, diretrizes e metas para o quadriênio de 2018-2021.

Conforme descrito anteriormente, para a construção do PPA foi realizada capacitações internas com os secretários e colaboradores municipais e a realização da consulta à população através da Audiência Pública Governo Participativo. Após realizada audiência, segundo o Plano Plurianual 2018-2021, explica-se:

Após a realização das audiências públicas as decisões foram compiladas com as demandas institucionais, tratadas com linguagens jurídicas e contábeis, formando assim a base estratégica que deverá nortear a construção dos programas municipais. (PPA 2018-2021, Cruz das Almas - BA,2017).

Diante dessas informações, pode-se compreender a forma como a prefeitura tratou as demandas aprovadas em plenária. Após o Projeto de Lei formulado, seguindo os prazos de encaminhamento para o legislativo e posteriormente sancionada Lei Municipal nº 2577/2017 pelo poder executivo é instituído o Plano Plurianual 2018-2021.

O qual está subdividido da seguinte forma:

- ✓ Apresentação;
- ✓ Lei Nº2577/2017;
- ✓ Caracterização do Município;
- ✓ Construção e Estruturação do PPA;

- ✓ Estimativas das receitas e despesas;
- ✓ Programas e Temas estratégicos;
- ✓ Metodologias de cálculos.

E para a construção deste trabalho, se utilizou da análise dos Programas e Temas Estratégicos, pois neles, estão registrados como iniciativas, os planos e ações do governo para os quatro anos seguintes. No art. 6º da Lei Municipal que institui o PPA está a definição sobre os Programas e Temas Estratégicos:

Art. 6º - O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§1º - O objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo;

III - Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento. (PPA 2018-2021, Cruz das Almas -BA, 2017)

De acordo com essa definição e análise do PPA, observa-se que o plano está estruturado em dezesseis grandes Programas de Gestão: 1- Educação; 2- Cultura, Esporte e Lazer; 3- Gestão do Trabalho e Assistência Social; 4- Habitação de Interesse Social; 5- Saúde; 6- Agricultura Familiar e Meio Ambiente; 7- Serviços Públicos; 8- Infraestrutura; 9- Transporte e Trânsito; 10- Políticas Públicas; 11- Desenvolvimento Econômico; 12- Planejamento e Elaboração de Estudos e Projetos; 13- Relações Institucionais; 14- Financeira; 15- Administrativa; 16- Ação Legislativa.

E em sete temas estratégicos: 1-Inclusão e Assistência Social; 2- Educação, Esporte, Cultura e Lazer; 3- Saúde; 4- Infraestrutura e Desenvolvimento Local; 5- Agricultura Familiar e Meio Ambiente; 6- Planejamento, Transparência, Gestão Pública e Participação Social; 7- Ação Legislativa. Nestes, é possível identificar os cinco eixos temáticos que estruturaram a audiência pública. E a partir destes, será realizada a comparação do que foi aprovado pela sociedade com o que está lavrado no PPA 2018-2021 do município.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

5.1 TIPO DA PESQUISA

Para a realização da investigação foi utilizado o método descritivo com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva permite descrever o objeto de investigação, considerando sua frequência, natureza, características, causas, relações e conexões, etapas fundamentais para responder ao problema levantado na pesquisa (CERVO; BERVIAN, 2002).

Além disso, de acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno e estabelece relações entre as variáveis. São vários os estudos que podem ser classificados sob este título e suas características mais importantes estão na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados como, por exemplo, questionário e observação sistemática. Para Proetti (2006), a pesquisa descritiva tem como função descrever as características de uma população, ou as relações estabelecidas entre as variáveis estudadas.

Dessa forma, a **pesquisa qualitativa**, que “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, [...] que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Portanto, esse trabalho visa também observar os aspectos da realidade que não podem ser especificados em números, preocupando-se, então, com a interpretação da pesquisa de campo.

O aspecto qualitativo centraliza-se ainda na importância de atributos de situações, eventos e organizações, ao passo que a aparência quantitativa possibilita que o pesquisador possa medir opiniões, hábitos, atitudes e reações a partir de sua amostra estatística que representa o todo pesquisado (TERENCE; ESCRIVÃO FILHO, 2006).

5.2 LÓCUS DA PESQUISA

Para que sejam alcançados os objetivos do estudo, foi feita uma análise comparativa das demandas da sociedade e as propostas do PPA do município de Cruz das Almas-Ba, através de documentos de fontes primárias e secundárias como:

documentos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas, cartas, bibliográficas entre outras. Esta pesquisa tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou firmado decorrentes do sistema de informação do Diário oficial e da audiência pública do PPA-P para o quadriênio 2018-2021.

5.2.1 Caracterização do Município

O município de Cruz das Almas – BA, local da realização do estudo deste trabalho, está situado a cerca de 146km da capital do Estado. Pertencente ao conjunto de cidades que formam o Território de Identidade do Recôncavo, o município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no último censo (2010) tinha uma população de 58.606 mil habitantes e densidade demográfica de 402,12hab/km² com estimativa de população para o ano de 2017 de aproximadamente 64 mil.

Emancipada através da Lei nº 29 de julho de 1897, se desmembrou de São Felix. De acordo com a história do município, o nome Cruz das Almas, refere-se aos povos que se reuniam para fazer novenas, pagar promessas e rezar pelas almas à noite, este local de encontro ficou conhecido como Cruz das Almas (SÁ, 2007).

Possuindo diversas escolas públicas e particulares por toda sua extensão, Cruz das Almas se destaca com as instituições de nível superior, pois é intitulada como cidade universitária, por ser sede da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, antigo Campus da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. O município também possui instituições particulares de nível superior, como a Universidade Norte do Paraná – UNOPAR; Universidade Salvador – UNIFACS; e Centro Universitário Internacional – UNINTER caracterizadas pelo ensino EAD. E com ensino presencial, a recém-chegada Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo.

No que se refere a economia do município, destaca-se à agricultura, com grandes plantações de laranja, limão, mandioca e de fumo. Sendo considerada a maior produtora de tabaco do Estado (CRUZ DAS ALMAS, 2018). Além de indústrias voltadas para o fumo, existem de outros seguimentos, à exemplo da fábrica de calçados BIBI. Na cidade, como instituição de pesquisa, está situada a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Mandioca e fruticultura tropical). Cruz

das Almas também é conhecida pela tradição do São João, pela cultura de fabricação e manejo das espadas, além dos festejos juninos tradicionais da região do Nordeste.

A atual gestão é do Prefeito Orlando Peixoto Pereira Filho (PT) e vice-prefeito, também secretário de relações institucionais Max Adolfo Passos Mendes (PP). A estrutura de governo do município segue com 12 secretarias municipais; superintendência de trânsito e transporte; ouvidoria geral; controladoria e procuradoria geral do município.

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA

A coleta de dados deu-se através da análise de documentos contendo as demandas da sociedade em conjunto ao que consta no PPA-P 2018-2021 do município após promulgação. Os documentos analisados apresentaram-se em eixos temáticos que foram definidos pelos organizadores para o andamento da Audiência Pública Governo Participativo são:

I – Inclusão e Assistência Social: este eixo engloba as secretarias de Políticas Especiais; Trabalho, Assistência Social e Renda; Relações Institucionais. As principais diretrizes que dinamizaram as demandas deste, são:

- ✓ Empoderamento e autonomia das mulheres e dos negros;
- ✓ Juventude, infância e adolescência;
- ✓ Violência e exploração sexual;
- ✓ Direitos LGBT;
- ✓ Gênero e trabalho;
- ✓ Combate ao uso de drogas;
- ✓ Assistência social.

II - Educação, Esporte, Cultura e Lazer: este eixo engloba as secretarias de Educação; Esporte, Cultura e Lazer. As principais diretrizes que dinamizaram as demandas deste, são:

- ✓ Educação de jovens e adultos;
- ✓ Educação integral;
- ✓ Educação profissional;
- ✓ Educação contextualizada;
- ✓ Educação básica;
- ✓ Ensino superior, pesquisa e extensão;
- ✓ Cultura;
- ✓ Esporte educativo e lazer;
- ✓ Memória/patrimônio artístico cultural.

III – Saúde: este eixo engloba a secretaria de Saúde e as principais diretrizes que dinamizaram as demandas deste, são:

- ✓ Saúde da criança, do adolescente e do jovem;
- ✓ Saúde da mulher;
- ✓ Saúde do homem;
- ✓ Saúde do idoso;
- ✓ Envelhecimento e geração;
- ✓ Uso e abuso de drogas;
- Planejamento, rede e regulação em saúde;
- ✓ Saúde humanizada;
- ✓ Saúde de povos e comunidades tradicionais;
- ✓ Prevenção e atenção básica

IV - Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano: este eixo engloba as secretarias de Serviços Públicos; Infraestrutura; Fazenda; Planejamento e Desenvolvimento Econômico; Superintendência de Trânsito e Transporte. As principais diretrizes que dinamizaram as demandas deste, são:

- ✓ Infraestrutura urbana;
- ✓ Mobilidade;
- ✓ Habitação;
- ✓ Proteção ao meio ambiente intra-urbano;

- ✓ Saneamento e abastecimento de água;
- ✓ Logística integrada de transportes;
- ✓ Acessibilidade;
- ✓ Serviços públicos.

V - Agricultura Familiar e Meio Ambiente: este eixo engloba apenas a secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e suas principais diretrizes que dinamizaram as demandas deste, são:

- ✓ Regularização Fundiária;
- ✓ Fomento à produção;
- ✓ Infraestrutura produtiva;
- ✓ Comercialização;
- ✓ Gestão social.

Estas definições mostradas acima foram entregues aos participantes como textos norteadores no momento da inscrição e escolha dos eixos temáticos da Audiência Pública Governo Participativo, com a finalidade de apresentar aos participantes as demandas para nele serem discutidas, elaboradas e aprovadas para a constituição do PPA-P do quadriênio 2018-2021.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados na pesquisa documental foram utilizados para a análise comparativa das demandas com a proposta do PPA-P 2018-2021 (anexo a). Dessa forma, não foi possível a análise de todos os programas e de suas respectivas ações constantes no PPA, tendo em vista que nem todas as ações pertinentes aos projetos/atividades possuem metas e/ou desembolso financeiro definidos, motivo pelo qual estes foram subtraídos do estudo. Além dessas ações, foram tiradas da pesquisa, as ações que não tiveram seus processos apurados nos exercícios de 2018-2021.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta parte do estudo, adequo a pesquisa documental realizada, retomando os objetivos, bem como discutindo o referencial teórico que o guia. Há uma exposição breve da pesquisa, que compreende os documentos selecionados, os métodos adotados e as táticas de explanação do material concebido. Conforme mencionado acima, este trabalho dá continuidade ao projeto de TCC I intitulado como **O processo de elaboração do PPA-P 2018-2021 do município de Cruz das Almas-Ba**. Sendo permitido a partir da pesquisa, seguir um resgate bibliográfico e uma pesquisa documental utilizando a observação participante, emergindo às indagações.

6.1 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPA-P 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS.

A gestão municipal iniciada em 02 de janeiro de 2017 do município de Cruz das Almas optou pela contratação de uma empresa especializada em consultoria para auxílio na elaboração do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018-2021. A empresa contratada ofereceu ao município outros serviços além da assessoria de elaboração do PPA. O processo de contratação dessa deu-se pelo ato de inexigibilidade de licitação, levando em consideração, os requisitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993². Vale ressaltar, que Cruz das Almas não é o único município que adere esse tipo de consultoria, hoje diversos municípios têm feito essas adesões.

Para dar início à elaboração do plano plurianual, a empresa promoveu capacitações institucionais com o secretariado que forma a estrutura política do governo e com alguns de seus colaboradores. A primeira capacitação institucional ocorreu no dia 20 de abril de 2017 e teve como tema o “**Planejamento Orçamentário na Gestão Municipal**”, o objetivo desta era a orientação para a construção dos programas temáticos para a formação do PPA e a apresentação do modelo de quadro sintético descritivo utilizado.

²Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: >>http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8666compilado.htm<<

Um segundo momento de reunião foi com técnicos da empresa e da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, para se estabelecer encaminhamentos a respeito do formato que se daria a audiência pública de elaboração do PPA-P do município, meios de divulgação, alimentação e traslado para a população no dia da mesma.

Em relação ao formato das audiências públicas com a população, na proposta apresentada pela empresa era para ser seguido um cronograma com a realização de 03 (três) audiências públicas com a sociedade civil, com duração de 08 horas cada, sendo uma na zona urbana e duas em zonas rurais do município. Porém, ficou acordado com a SEPLAN a realização de apenas 01 (uma) audiência pública com a sociedade civil para a elaboração do PPA-P, com a previsão de início às 08:00 horas da manhã e término às 18:00 horas.

Esta decisão difere da proposta apresentada para a contratação, pois Cruz das Almas possui cerca de 64 mil habitantes e este formato de apenas uma audiência pública pode comprometer a representação por parte da população cruzalmense. Se comparado com o formato utilizado no PPA 2014-2017 do município de Santo Amaro – BA que possui população menor do que Cruz das Almas, seguiu um formato de 12 plenárias em 12 localidades distintas mais que não possuíram um número satisfatório de participação pelos munícipes (FAGUNDES,2014).

Entretanto, para que fosse seguido este formato, ficou acordado que a prefeitura investiria na maior mobilização e divulgação possível, para que se alcançasse o máximo de participação popular. Sendo assim, a divulgação se deu através da entrega de convites, faixas em vários pontos estratégicos do município, entrevistas em rádios locais, mídias e redes sociais, além do carro de som circulando por toda a cidade. E, em relação ao traslado e alimentação para a população participante da audiência, seriam disponibilizados por parte da prefeitura.

Em reunião realizada no dia 17 de julho de 2017, com os técnicos da empresa e com os da SEPLAN, ficou definida a data de realização da audiência pública com a sociedade civil para o dia 14 de agosto de 2017 no Centro Paroquial Nossa Senhora do Bom Sucesso (local com auditório com capacidade para cerca de 150 pessoas e 6 salas disponíveis).

Após marcada a audiência, uma nova capacitação institucional com o secretariado do governo foi realizada no dia 24 de julho de 2017, com intuito de apresentar a estes que a elaboração do PPA, foi baseada no Programa de Governo

Participativo e no Projeto Governo do Povo em Ação –GPA³. Também foi solicitado de cada secretário a apresentação dos principais programas a serem desenvolvidos, objetivos, metas, indicadores, ações e quais recursos serão utilizados (recursos próprios, convênios, União ou Estado) para a realização destes. Essas definições são essências para nortear o planejamento de cada pasta administrativa do governo.

Logo, no último encontro (empresa e SEPLAN), anterior à realização da audiência, foram definidos os 05 (cinco) eixos temáticos, as secretarias que cada um assumiriam, as principais diretrizes, os mediadores, a função dos monitores, público esperado, programação, dentre outros detalhes.

6.1.1 Audiência Pública Governo Participativo – Plano Plurianual 2018-2021

No dia 14 de agosto de 2017 ocorreu a Audiência Pública Governo Participativo de elaboração do Plano Plurianual 2018-2021. Seguindo a programação divulgada, a audiência possuiu três momentos importantes: o inicial de apresentação e composição da mesa com o poder executivo, após, foram divididos cinco grupos de diálogos com a sociedade civil, cada um representando os eixos temáticos e por último a plenária para apresentação e votação das demandas discutidas nos eixos.

Para cada eixo temático, os mediadores foram os secretários de governo da atual gestão e como auxílio para elaboração das demandas, foi solicitado que fosse debatido quatro prioridades para cada secretaria. Dos 120 participantes que fizeram parte da plenária, encontravam se presente 45 servidores públicos municipais, 75 membros de algumas associações como a maior parte da representação da sociedade civil. Porém, essa quantidade de pessoas é muito insatisfatória para um PPA-P, levando em conta que Cruz das Almas possui cerca de 64 mil habitantes. O número de participantes por eixo pode ser observado na tabela 1.

³ É um projeto criado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e tem por objetivo dar a sociedade um retorno do que foi construído em período de pré-campanha no Programa de Governo Participativo (PGP), visando aproximar a gestão pública municipal do povo, através do diálogo e serviços levados à comunidade no dia da realização do evento. Fonte: Projeto Governo do Povo em Ação – GPA, Cruz das Almas – BA, 2017.

Quadro 1 – Quantidade de Participantes por Eixo Temático

Eixo	Quantidade de participantes
Inclusão e Assistência social	13
Educação, Esporte, Cultura e Lazer	19
Saúde	26
Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano	24
Agricultura Familiar e Meio Ambiente	38
Total	120

Fonte: elaboração própria.

Ao comparar com a cidade de Santo Amaro – BA, que o PPA 2014-2017, foi elaborado com a realização de 12 plenárias participativas, em 12 localidades diferentes, alcançando um número de 435 participantes no total dessas plenárias, quantidade insatisfatória de participação, pois o município possui aproximadamente 60 mil habitantes (FAGUNDES,2014).

Percebe-se que o número reduzido de participantes na maioria das vezes acontece porque a população em geral pouco conhece ou já ouviu informações a respeito da importância do PPA-P para o desenvolvimento do município e como a participação cidadã é essencial para essa construção.

6.2 ANÁLISE DAS DEMANDAS DA SOCIEDADE PARA O PPA-P 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA

Nesta parte da pesquisa foram analisadas as propostas aprovadas na audiência pública para a efetivação do PPA-P 2018-2021. E, para melhor compreensão, após análise dividiu-se essas propostas por área de atuação conforme quadro 2.

Quadro 2 – Categorias da área de atuação das propostas aprovadas na audiência pública para efetivação do PPA-P 2018-2021

Área de atuação	Assistência e Desenvolvimento social Criação de Políticas Públicas Desenvolvimento Humano Desenvolvimento Econômico Gestão Infraestrutura e Obras Participação e Cidadania Atenção em Saúde Meio Ambiente Zeladoria Urbana Habitação Educação
------------------------	--

Fonte: elaboração própria.

Após a divisão das categorias de área de atuação das demandas é relevante o conhecimento de cada uma delas. A assistência e desenvolvimento social classifica-se nesta área de atuação às ações de governo que relatam a realidade social do município como: a prestação de assistência social à população vulnerável, acompanhamento de programas sociais vigentes (ex: bolsa família, Cad Único), além da assistência de proteção básica e especial, CRAS e CREAS, respectivamente. Já a criação de políticas públicas relata que sua criação se dá por conta da quantidade de demandas nomeadas como “criação” ou “implantação” de políticas. O fato é que políticas públicas é formada por programas e ações desenvolvidas pelo Governo destinando-se assegurar os direitos da população/sociedade.

O desenvolvimento humano é uma área de atuação que engloba as demandas que se relacionam com o bem-estar da população, como melhorias na qualidade de vida das pessoas, acesso à cultura e ao lazer, além da ampliação de conhecimentos, enquanto, o desenvolvimento econômico baseia-se nas demandas da população referente a expansão econômica do município. A gestão tem todas as demandas relacionadas à administração da estrutura municipal, desde as estratégias internas e voltadas a servidores; organizações; e iniciativas para a realização de estudos de melhorias municipais. As demandas aprovadas em plenária que se referem a “criação

de sistemas municipais”, ficaram alocadas nesta categoria, pois são demandas que não ficam claras (entendíveis), logo, está foi a melhor forma para classificá-las.

Para a infraestrutura e obras destaca-se intervenções em locais públicos como construções, reformas, requalificação de espaço público, estruturação, acessibilidade nas ruas e calçadas, sinalização viária, entre outras coisas. É importante falar sobre a atenção em saúde que insere-se em atenção primária, secundária e terciária, a atenção primária engloba os atendimentos em saúde como de promoção, prevenção e reabilitação além de consulta ambulatorial. Já a atenção secundária e terciária abrange os diversos os atendimentos em saúde como os de urgência, emergência, e as altas complexidade (cirurgias, exames diagnósticos mais específicos).

Para o meio ambiente tem-se os serviços como: realização de plantio de árvores (arborização urbana); supervisão da qualidade ambiental; educação ambiental, dentre outros serviços. É preciso discorrer também, da área de zeladoria urbana termo que vem ganhando notoriedade e que tem como função mutirões; pequenas obras; serviços de manutenção; limpeza pública; capina e varrição de rua; conservação de jardins e podas de árvores; hortas comunitárias dentre outras. São ações que ajudam a tornar a cidade mais hospitaleira e agradável para se viver. Quanto a habitação é uma área voltada à promoção da regularização fundiária do município.

Por último, fala-se da educação que se refere as ações e serviços voltados à educação básica, melhoria na qualidade de ensino, dentre outras garantias ligadas a educação do município. Partindo dessa prerrogativa, Menon e Gonzaga (2017) trazem que os debates e preocupações sobre o Planejamento e as áreas de maior necessidade mostram importância deste tema para o desenvolvimento econômico e social de uma região.

Posterior a divisão da área de atuação foi necessário utilizar quadros descrevendo as propostas aprovadas. Nota-se que dentro da área de atuação de gestão foram classificadas 17 propostas. Esta, focou nas questões de estruturação dos serviços ofertados pelo município com o intuito de criar, desvincular e gerar planejamento e organização das ações estabelecidas conforme quadro 3.

Quadro 3 – Propostas classificadas na área de gestão em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Ofertar vagas através de concurso público para atendimento dos programas SUAS, CRAS, CREAS, SCFV e CAD ÚNICO;	Gestão
2	Investimentos na estruturação da Segurança Pública;	
3	Reestruturação física da SERIN (Reforma Administrativa);	
4	Desvinculação da ouvidoria de outras secretarias;	
5	Estruturação da ouvidoria.	
6	Criação do Sistema Municipal de Esporte;	
7	Criação e Institucionalização do Sistema Municipal de Cultura;	
8	Descentralizar ações de cultura e esporte promovendo sua interiorização;	
9	Realizar convênios com instituições superiores de ensino para capacitação de professores e funcionários da educação;	
10	Incentivo aos agentes esportivos do município.	
11	Desenvolver capacitações da equipe de servidores para requalificação no atendimento humanizado;	
12	Criação de estratégias para traslado de pacientes da zona rural em dias de consulta em outros municípios;	
13	Garantir a continuidade e execução dos serviços públicos;	
14	Implantação da Ouvidoria Online;	
15	Realizar convênios com instituições superiores de ensino para capacitação de professores e funcionários da educação;	
16	Ações para implementação e desenvolvimento do turismo, com garantia no orçamento;	
17	Garantir meios de ampliação de renda para mulheres.	

Fonte: elaboração própria.

Este quadro é composto por ações extraídas a partir das demandas definidas durante a audiência pública que auxiliou na construção do PPA do município, cabe ressaltar que a descrição das demandas através de quadros e por eixo ocorreu com intuito de melhor compreensão do participante. Neste quadro engloba as principais demandas que pertencem à área de gestão como é caracterizada acima.

Corroborando, Rezende (2005) traz que alguns dos grandes desafios exibidos pela gestão pública é justamente a gestão de sua estrutura, que busca pelas melhores informações em tempo hábil e o emprego desses documentos de forma ativa e conforme à estratégia do gestor público, alinhando-as, por fim, às pretensões dos cidadãos e os métodos controlados e efetivos.

No quadro 4 percebe-se que as demandas classificadas estão relacionadas a área de atuação de estrutura e obra, por sinal, foram as mais reivindicadas contemplando 18 propostas. Observa-se neste sentido que, neste âmbito há uma

maior cobrança da população quanto a construção, requalificação, implantação e implementação da infraestrutura do município.

Quadro 4 – Propostas classificadas na área de atuação de infraestrutura e obra em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Construção de uma casa de passagem para atender vulneráveis;	Infraestrutura e Obras
2	Implantação do Centro Cultural Municipal;	
3	Construção do Centro de Acompanhamento Educacional para Alunos (psicólogo, psicopedagogo etc.);	
4	Reformas das unidades escolares com acessibilidade;	
5	Requalificação dos espaços públicos de lazer;	
6	Requalificação dos espaços esportivos como quadras e estádio;	
7	Implantação de núcleos esportivos e culturais;	
8	Requalificação das Unidades de Atendimento Médico;	
9	Incentivo aos agentes esportivos do município.	
10	Requalificação das Unidades de Atendimento Médico;	
11	Construção do Centro Comunitário no Conjunto MCMV - Pumba;	
12	Colocar placas de identificação nas ruas, inclusive nos Conjuntos Habitacionais;	
13	Promover infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais, inclusive com estudos de viabilidade para transporte e construção de escolas;	
14	Estruturação de ciclovias;	
15	Garantir acessibilidade nas ruas e calçadas, inclusive nas novas obras;	
16	Sinalização e identificação das localidades rurais.	
17	Construção de um galpão de comercialização para Agricultura Familiar em local de visibilidade;	
18	Construção do Mercado de artesanato;	

Fonte: elaboração própria.

Neste quadro 4, foi identificadas as propostas relacionadas a área de infraestrutura e obras, a classificação por eixo facilitou a organização das ideias de cada participante.

Partindo deste ponto de vista, ao falar sobre a área de atuação de infraestrutura e obra é necessário salientar que as demandas trazidas podem melhorar o gerenciamento urbano em geral. Desta forma, Pfeiffer (2000) diz que mudanças no

fortalecimento da competência e a organização é capaz de cumprir com os compromissos que lhe foram atribuídos por meio de um mandato.

No quadro 5 foram classificadas as demandas da área de atuação do meio ambiente. O que chama a atenção é que se tem falado muito de meio ambiente e sustentabilidade, mais é uma preocupação incipiente da população que fez parte da audiência pública. Mas, o conjunto selecionado remota a arborização, programas de educação ambiental, além da revitalização de nascentes.

Quadro 5 – Propostas classificadas na área de meio ambiente em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Promover arborização, inclusive nos Conjuntos Habitacionais;	Meio Ambiente
2	Criar e implementar Programa de Educação Ambiental;	
3	Implantação de sistemas de compostagens orgânicas;	
4	Fomento aos sistemas produtivos sustentáveis da Agricultura Familiar de transição agroecológica;	
5	Programa de Revitalização das Nascentes;	

Fonte: elaboração própria.

Levando em conta as demandas classificadas para a área de atuação do meio ambiente infere-se que por meio dos amplos impactos ocorridos com a natureza, têm que fazer jus a muitas inquietações por parte de todos e, determinar uma precaução maior ainda por parte dos gestores públicos, sobretudo porque os ambientes urbanos têm limitado cada vez mais populações, principalmente no Brasil (REZENDE; OLIVEIRA, 2004).

Neste sentido percebe-se que as demandas direcionadas à atenção em saúde foram poucas, assim fica plausível que a saúde é vista ainda em segundo plano, mesmo com as carências relatadas diariamente pelas comunidades. As diretrizes dessa área de atuação é o fortalecimento dos agentes comunitários de Saúde, a ampliação dos serviços do NASF, fortalecimento da educação em saúde abordando a promoção e prevenção das doenças, além da cobertura total das unidades de saúde da família (quadro 6).

Quadro 6 – Propostas classificadas na área de atenção em saúde em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Ações de fortalecimento dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS inclusive para marcação de consultas nas residências;	Atenção em Saúde
2	Ampliação do atendimento Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF para a zona rural;	
3	Fortalecer atendimento em rede para potencializar os serviços existentes;	
4	Realizar campanhas educativas para prevenção de doenças, acidentes de trânsito e uso de drogas, inclusive nas escolas.	
5	Universalização na implantação das unidades de saúde;	

Fonte: elaboração própria.

Quanto a área de atuação de desenvolvimento humano o quadro 7 mostra as demandas classificadas para esta área. Reforça-se a oferta de capacitação para a comunidade, acesso as tecnologias além dos fortalecimentos com órgãos de acolhimento e atendimento as mulheres.

Quadro 7 – Propostas classificadas na área de desenvolvimento humano em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Ofertas de cursos profissionalizantes para jovens em situações de vulnerabilidade;	Desenvolvimento Humano
2	Investir em capacitação e formação das mulheres;	
3	Ampliar a oferta de recursos para cursos de capacitação e oficinas específico para usuários do SUAS;	
4	Repactuação dos órgãos de atendimento à mulher com os gestores dos municípios do Recôncavo; Centro de Referência da Mulher;	
5	Garantir acesso à tecnologia de informação aos alunos do sistema municipal de ensino;	
6	Ressignificação ⁴ dos espaços culturais do município;	

Fonte: elaboração própria.

⁴ Método utilizado em neurolinguística para fazer com que pessoas possam atribuir novo significado a acontecimentos através da mudança de sua visão de mundo.

No quesito zeladoria urbana, termo empregado recentemente que tem ganhado notoriedade foram selecionadas 03 demandas, que visam a coleta seletiva, manutenção e capina contínua das áreas abertas e zona rural (quadro 8).

Quadro 8 – Propostas classificadas na área de zeladoria urbana em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Ampliação e manutenção do saneamento básico para toda a cidade;	Zeladoria urbana
2	Intensificar a capina na zona rural respeitando as leis de zoneamento;	
3	Implementar sistema de coleta seletiva/reciclagem;	

Fonte: elaboração própria.

Reforçando o que já foi dito, Rezende (2005) cita que a zeladoria está associado ao problemas de manutenção do serviços públicos do município como manutenção das vias não pavimentadas do município, a sinalização viária, horizontal e vertical, que interfere diretamente na segurança do transito local, às deficiências na infraestrutura urbana, com serviços difíceis de pavimentação e coleta de lixo para a comunidade.

Foi elaborado um quadro com as demandas que pouco foram solicitadas, mas que tem empregabilidade para melhorias de ações voltadas à população do município. Neste quadro encontra se as áreas de atuações da assistência e desenvolvimento social – proposta 01, 02; criação de políticas públicas – proposta 03, 04; desenvolvimento econômico – proposta 06, 07; participação e cidadania – proposta 07 e habitação – proposta 08 (quadro 9).

Quadro 09 – Propostas classificadas em diversas áreas em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Adesão para implantação de dois CRAS (Quilombola itinerante);	Assistência e Desenvolvimento social
2	Criar mecanismo para implementação das políticas públicas direcionadas a população quilombola e negra, seguindo o Programa Brasil Quilombola;	
3	Implantar políticas de reparação racial	Criação de Políticas Públicas

4	Criar política municipal de educação do campo;	
5	Desenvolver ações de Fomento à agroindustrialização e comercialização;	Desenvolvimento Econômico
6	Promover ações de revitalização da citricultura.	
7	Ampliar a comunicação entre município, instituições e população;	Participação e Cidadania
8	Promover a regularização fundiária;	Habitação

Fonte: elaboração própria.

Dando continuidade, o quadro 10 refere-se as demandas que foram direcionadas a duas áreas de atuação das propostas escolhidas. Seguindo esta linha a proposta 01 encaixa-se na área de atuação de desenvolvimento humano e na educação, a proposta 02 e 03 acomoda-se a infraestrutura e obras e educação, a proposta 04 e 05 estão inseridas em infraestrutura e obra e zeladoria urbana, a proposta 06 encaixa-se em gestão e infraestrutura e obras, a proposta 07 acomoda-se em gestão e zeladoria urbana e a proposta 08 está inserida na área de atuação da criação de políticas públicas e em infraestrutura e obras.

Quadro 10 – Intersectorialidade das propostas classificadas em audiência Pública para a efetivação PPA-P

Nº	Propostas aprovadas	Área de atuação
1	Garantir fardamento aos alunos do sistema municipal;	Desenvolvimento Humano / Educação
2	Requalificação da biblioteca municipal com a criação do Centro de Referência da Leitura;	Infraestrutura e Obras/ Educação
3	Estruturação dos espaços físicos de escolas para implantação de ensino em tempo integral;	
4	Implantação de um viveiro de mudas municipal e requalificação dos viveiros já existentes;	Infraestrutura e Obras/ Zeladoria Urbana
5	Construção e manutenção do canil municipal;	
6	Realizar estudo para implantação de transporte urbano com atendimento da zona urbana e rural;	Gestão/ Infraestrutura e Obras
7	Implantação de programas de hortas comunitária nas áreas públicas do município;	Gestão/Zeladoria Urbana

8	Desenvolver políticas públicas de proteção aos animais de rua, inclusive com espaço para abrigo;	Criação de Políticas Públicas / Infraestrutura e Obras
---	--	--

Fonte: elaboração própria.

A partir da análise do número de demandas por área de atuação e suas classificações, conforme visto acima, nota-se a predominância de duas categorias, são elas: Gestão; Infraestrutura e Obras; que possuem um total de 36 propostas, ou seja, metade do que foi discutido e aprovado pela sociedade. Ressalta-se que 08 demandas aprovadas foram classificadas em duas áreas de atuações.

Quanto a participação da sociedade, contou com a presença de algumas associações, porem a maior parte dos participantes eram funcionários do município.

6.3 ANÁLISE DAS PROPOSTA APROVADAS NO PPA-P 2018-2021 DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS-BA

Após a análise das desmandas da sociedade através da audiência pública, foi definido as ações que comporiam o PPA do municio no quadriênio 2018-2021. Assim, foi possível ter um total de 70 propostas elaboradas, discutidas, aprovadas pela população Cruzalmense. Após as propostas aprovadas comparou-as com o que de fato foi inserido no PPA dentro dos eixos temáticos (quadro 11).

Quadro 11 – Eixo estruturante I – Inclusão e assistência social

Nº	Proposta aprovada em plenária	Iniciativa registrada no PPA 2018-2021	Programa / Tema estratégico
1	Adesão para implantação de dois CRAS (Quilombola itinerante)	Implantação do CRAS itinerante	Gestão do trabalho e assistência social / Inclusão e assistência social
2	Implantar políticas de reparação racial	Apoio ao desenvolvimento de políticas que promovam a igualdade racial/respeitando as especificidades;	
		Promoção da Igualdade Racial	Gestão das políticas especiais / Inclusão e assistência social
3	Investimentos na estruturação da segurança pública	Criação de um Fórum permanente sobre a juventude e segurança pública	
4	Ofertas de cursos profissionalizantes para jovens em situação de vulnerabilidade	Capacitação Profissional da Juventude junto ao SENAI, SENAC e SEBRAE	

5	Investir em capacitação e formação das mulheres	Promoção a autonomia e empreendedorismo feminino	
6	Ampliar a comunicação entre município, instituições e população	Promoções de ações de divulgação das decisões e ações governamentais aos cidadãos e/ou instituições	Gestão de relações institucionais / Planejamento, transparência, gestão pública e participação social
7	Estruturação da ouvidoria	Informatização geral do setor da Ouvidoria Manutenção das ações de Ouvidoria	

Fonte: elaboração própria.

O quadro 11 remete-se ao eixo estruturante de inclusão e assistência social da audiência. Podendo considerar dentre as propostas aprovadas em plenária deste eixo, sete foram contempladas no PPA 2018-2021, resumindo-se em três programas de gestão: trabalho e assistência social, políticas especiais e relações institucionais. As propostas “Implantar políticas de reparação racial” e “Estruturação da ouvidoria” estão representadas em duas iniciativas do PPA. Já a demanda “Investimentos na estruturação da segurança pública” o que foi encontrado no PPA que mais se aproximou foi a iniciativa “Criação de um Fórum permanente sobre a juventude e segurança pública” localizada no programa de gestão de políticas especiais no tema estratégico “inclusão e assistência social”.

Frisa-se que as demandas da sociedade são reivindicações em busca de melhorias das ações que pode ser incluída no plano plurianual durante o mandato de uma gestão.

Como pode ser observado o quadro 12 resume-se em iniciativas de dois programas de gestão: cultura, esporte e lazer e o da educação. E das propostas aprovadas em plenária, sete foram contempladas. As demandas “Requalificação da biblioteca municipal com a criação do Centro de Referência da Leitura” e “Requalificação dos espaços esportivos como quadras e estádio” estão inclusas em duas iniciativas e no que se refere a demanda “Realizar convênios com instituições superiores de ensino para capacitação de professores e funcionários da educação” foram encontradas cinco iniciativas que abrangem esta demanda.

Quadro 12 – Eixo estruturante II – Educação, Esporte Cultura e Lazer

o	Proposta aprovada em plenária	Iniciativa registrada no PPA 2018-2021	Programa / Tema estratégico
1	Ressignificação dos espaços culturais do município	Revitalização de espaços culturais	Gestão cultura, esporte e lazer / Educação, esporte, cultura e lazer
2	Requalificação dos espaços públicos de lazer	Manutenção, reforma e conservação da Infraestrutura de Esporte e Lazer	
3	Requalificação da biblioteca municipal com criação de centro de referência de leitura	Requalificação da Biblioteca Municipal;	
		Ampliação do Acervo bibliotecário	
4	Requalificação dos espaços esportivos como quadras e estádio	Requalificação do Estádio Municipal;	Gestão da educação / Educação, esporte, cultura e lazer
		Construção e adequação de quadras escolares	
5	Garantir acesso a tecnologias de informação aos alunos do sistema municipal de ensino	Gestão da Tecnologia da Informação da Rede de Ensino	
6	Realizar convênios com instituições superiores de ensino para capacitação de professores e funcionários da educação	Capacitação para os professores da Educação Infantil;	
		Capacitação em Educação inclusiva para professores do Ensino Regular;	
		Capacitação da Equipe Técnica da Secretária e dos Conselhos de Educação;	
		Capacitação para as equipes diretivas das unidades de ensino;	
		Capacitação periódica com foco no desenvolvimento vital realizado por profissional da psicologia, para equipes diretivas	
7	Reformas das unidades escolares com acessibilidade	Reforma das unidades escolares do município	

Fonte: elaboração própria.

Com cinco propostas atendidas no programa de Gestão da Saúde do PPA, no que concerne à proposta “Desenvolver capacitações da equipe de servidores para requalificação do atendimento humanizado”, encontra-se relativamente contemplada em duas iniciativas como pode ser visto no quadro. Por sua vez, o quadro 13

apresenta as reivindicações da população aprovadas em plenária no eixo III e que foram contempladas no PPA 2018-2021.

Quadro 13 – Eixo estruturante III - Saúde

Nº	Proposta aprovada em plenária	Iniciativa registrada no PPA 2018-2021	Programa / Tema estratégico
1	Requalificação das unidades de atendimento médico	Readequação da estrutura física das Unidades de Saúde	Gestão da saúde / Saúde
2	Desenvolver capacitações da equipe de servidores para requalificação do atendimento humanizado	Gestão e Humanização da Rede de Atenção à Saúde;	
		Capacitação e qualificação dos profissionais de Saúde	
3	Fortalecer atendimento em rede para potencializar os serviços existentes	Operacionalização da Atenção Especializada em rede	
4	Ações de fortalecimento dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS inclusive para marcação de consultas nas residências	Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS	
	Ampliação do atendimento Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF para a zona rural		Ampliação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

Fonte: elaboração própria.

Este foi o eixo que teve o maior número de demandas atendidas, nove em um total de quinze aprovadas em plenária. A demanda “Realizar estudo para implantação de transporte urbano, atendendo a zona urbana e rural” fica identificada em duas iniciativas do PPA, já no que se refere ao saneamento básico: “Ampliação e manutenção do saneamento básico para toda a cidade” encontra-se em oito iniciativas

distribuídas nos programas temáticos de Gestão dos Serviços Públicos e Gestão da Infraestrutura. A demanda “Implantação da Ouvidoria Online” é semelhante com a demanda exposta no eixo estruturante I e ambas podem ser consideradas contempladas no PPA no programa de Gestão de Relações Institucionais (quadro 14).

Quadro 14– Eixo Estruturante IV – Infraestrutura e Desenvolvimento urbano

Nº	Proposta aprovada em plenária	Iniciativa registrada no PPA 2018-2021	Programa / Tema estratégico
1	Atualização do código de postura e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU	Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU	Gestão do planejamento e elaboração de estudos e projetos / Planejamento, transparência, gestão pública e participação social
2	Sinalização para identificação das localidades rurais	Implantação da Delimitação de Bairros e Comunidades Rurais	
3	Realizar estudo para implantação de transporte urbano, atendendo a zona urbana e rural	Elaboração de Estudos para Construção da Estação Municipal de Transbordo; Construção da Estação Municipal de Transbordo	
4	Colocar placas de identificação nas ruas, inclusive nos conjuntos habitacionais	Ampliação e manutenção da sinalização horizontal, vertical, rede semaforica	Gestão do transporte e trânsito / Infraestrutura e desenvolvimento local
5	Ações para implementação e desenvolvimento do turismo, com garantia de orçamento	Realização de ações de suporte à indústria, comércio, turismo, bens e serviços;	Gestão do desenvolvimento econômico/ Infraestrutura e desenvolvimento local
		Elaboração de estudos para o fomento do turismo	
6	Promover arborização, inclusive nos conjuntos habitacionais	Manutenção e revitalização da arborização urbana	Gestão da agricultura familiar e meio ambiente / Agricultura familiar e meio ambiente
7	Ampliação e manutenção do saneamento básico para toda a cidade	Implantação e Manutenção da Humanização dos pontos de lixo Municipal;	Gestão dos serviços públicos / Infraestrutura e desenvolvimento local
		Manutenção da Limpeza Pública Municipal;	
		Manutenção dos serviços de coleta de lixo;	
		Pavimentação, Calçamento e Drenagem de Vias Públicas;	Gestão da infraestrutura / Infraestrutura e desenvolvimento local
		Ampliação da Rede de Esgotamento Sanitário;	
		Urbanização de Assentamentos;	

		Obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares;	
		Manutenção Conservação da Rede de Drenagem;	
8	Promover infraestrutura urbana nos conjuntos habitacionais, inclusive com estudos de viabilidade para transporte e construção de escolas	Manutenção da Infraestrutura Urbana	
9	Implantação da Ouvidoria Online	Informatização geral do setor da Ouvidoria	Gestão de relações institucionais / Planejamento, transparência, gestão pública e participação social

Fonte: elaboração própria.

Referente ao eixo cinco, foram identificadas oito propostas aprovadas pelos participantes da plenária, estas, foram contempladas nos seguintes programas de gestão: agricultura familiar e meio ambiente; planejamento e elaboração de estudos e projetos; desenvolvimento econômico. As demandas da sociedade expressas no eixo estruturante V e que foram incluídas no PPA estão listadas no quadro 15.

Quadro 15– Eixo Estruturante V – Agricultura e Meio Ambiente

Nº	Proposta aprovada em plenária	Iniciativa registrada no PPA 2018-2021	Programa / Tema estratégico
1	Realizar arborização urbana (plantio e manutenção)	Manutenção e revitalização da arborização urbana	Gestão da agricultura familiar e meio ambiente / Agricultura familiar e meio ambiente
2	Construção e manutenção do canil municipal	Implantação e Manutenção do Canil Municipal	
3	Programa de Revitalização das nascentes	Recuperação e Preservação das Nascentes de Rios Córregos	
4	Desenvolver ações de Fomento à agroindustrialização e comercialização	Implantação das Agroindústrias e Cozinha Industrial	
5	Construção de um Galpão de comercialização para Agricultura Familiar em local de visibilidade	Implantar e requalificar a infraestrutura para produção, beneficiamento e	

		comercialização da agricultura familiar	
6	Fomento aos sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar de transição agroecológica	Promoção da Produção da Agricultura Familiar	
7	Promover a regularização fundiária	Ações de apoio a Regularização Fundiária	Gestão do planejamento e elaboração de estudos e projetos / Planejamento, transparência, gestão pública e participação social
8	Desenvolver Programa de fortalecimento da economia solidária	Fortalecimento da economia solidária (Infraestrutura e Desenvolvimento Local)	Gestão do desenvolvimento econômico / Infraestrutura e desenvolvimento local

Fonte: elaboração própria.

Diante de todas as informações expostas até aqui, observa-se que o PPA 2018-2021 está estruturado em 16 programas de gestão, 7 temas estratégicos e 278 iniciativas registradas. Contudo, desse número de iniciativas 36 foram aproveitadas da plenária da audiência pública de elaboração do plano, porém, algumas são contempladas em mais de uma iniciativa do PPA como pode ser visto. Ressalta-se que ficaram registradas um total de 70 propostas aprovadas pela população.

O pouco aproveitamento das demandas pelo executivo municipal associa-se à pouca participação da sociedade no que concerne nas tomadas de decisões do governo municipal e das metodologias utilizadas pelos gestores públicos na adoção de critérios para a formulação do Plano Plurianual.

As técnicas utilizadas para escolha e validação dessas propostas para composição do plano não foram expostas para a população durante toda audiência, assim como, não existiu um instrumento que possibilitasse o monitoramento e acompanhamento da escolha das mesmas. E após sancionado o PPA, também não houve relatos por parte da prefeitura sobre por qual motivo as outras demandas não teriam sido incluídas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou análise de como o município de Cruz das Almas – Bahia, elaborou o processo de construção do Plano Plurianual 2018-2021; as demandas aprovadas na audiência de efetivação do PPA-P e avaliação comparativa dessas demandas com as propostas registrada no PPA 2018-2021.

De modo geral, o estudo comparativo das demandas proporcionou a identificação e divisão de 12 áreas de atuação para as 70 propostas elaboradas e aprovadas pela população. Ressaltando o predomínio de duas áreas de atuações, sendo 19 demandas classificadas por Infraestrutura e Obras e 17 englobadas como gestão. E após esta primeira análise, buscou junto ao documento promulgado PPA 2018-2021, quais demandas da sociedade teriam sido incluídas de forma absoluta pelo executivo municipal. Sendo assim, pode-se constatar que das 278 iniciativas registradas no Plano Plurianual 2018-2021, apenas 36 demandas aprovadas pela sociedade foram contempladas no plano, salientando que algumas podem estar em mais de uma iniciativa do PPA, aumentando o número de aprovação para aproximadamente 50 propostas contempladas.

Levando em consideração todo percurso do estudo pode-se dizer que os objetivos tanto o geral como os específicos foram alcançados. Embora seja caracterizado como PPA-P, foi possível identificar falhas no processo de elaboração do plano, a exemplo da organização e formalização dos documentos observado e utilizados no dia da audiência. Certamente, não foi programado pela empresa contratada ou por parte da equipe técnica da prefeitura, a necessidade da elaboração de uma ata da audiência, ou relatórios individuais de cada eixo e até mesmo da plenária em si.

Estes documentos teriam a finalidade de registrar formalmente o que ali foi discutido e aprovado já que as transcrições das demandas dos eixos foram todas feitas em rascunhos, o que possivelmente não foi arquivado e as fichas utilizadas foram mal estruturadas, possuindo apenas “quadros” nas folhas para que os participantes fizessem suas anotações e demandas.

É importante ressaltar, que ao analisar a lista de presença de cada eixo, foi evidenciado a participação notável de servidores municipais, muitos deles,

comissionados. Em algumas situações é importante a presença destes servidores, pois são conhecedores de alguns problemas da área, por exemplo saúde e educação, porém em cruz das almas estes tipos de participação foram elevados. À vista disso, ficam as incertezas na aprovação das demandas em plenária, se elas realmente vieram da sociedade ou se foram influenciadas pelo poder público municipal.

Portanto, diante de todos esses aspectos, se torna notório a indução do executivo municipal em algumas das demandas. Sugere-se que tenham sido discutidas previa e internamente para que fossem expostas na plenária de votação, pois além do grande número de servidores presentes, os mediadores dos eixos foram os próprios secretários do governo municipal. Conclui-se que a participação da sociedade nas decisões da gestão pública é essencial para a legitimação das ações governamentais e para que sejam atendidas suas reais necessidades, pois, infelizmente na maioria das vezes tratam-se apenas de estruturas formais, sem a prática efetiva da participação popular.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino (organizador) [et al.]. **Planejamento governamental para municípios**: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. – 2. Ed. – 2. Reimpressão- São Paulo: Atlas, 2010.

BAHIA. **Decreto nº 11.123 de 30 de Junho de 2008**. Dispõe sobre a criação e composição do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPPA) 2008-2011, e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75233/decreto-11123-08?ref=home>> Acesso em: 16 ago 2018.

BAHIA. **Decreto nº 12.354 de 25 de Agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>> Acesso em: 16 ago 2018.

BRASIL, Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-74**. Rio de Janeiro, 1971.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496p.

BRASIL. **Decreto nº 1.058 de 19 de janeiro de 1939**. Institui o "Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamentos da Defesa Nacional", e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1058-19-janeiro-1939-349207-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 16 maio 2018

BRASIL. **Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm>. Acesso em: 06 junho 2018.

BRASIL. **Participação e controle social**. Você sabe a diferença entre Participação e Controle Social?. Disponível em: ><http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/participacao-e-controle-social><. Acesso em: 17 julho 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993**, dispõe sobre Licitações e Contrato de Administração Pública. Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e das outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17 ago 2018

BRASIL. **Participação Social no Brasil**: entre conquistas e desafios / Secretaria-Geral da Presidência da República. Brasília, 2014.

CAVALCANTE, P. L.. O plano plurianual: resultados de mais recente reforma do planejamento e orçamento no Brasil. **Revista do Serviço público**. Brasília, v. 58, n. 02, p. 129-150, 2007.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

FAGUNDES, Helena Carla Cazaes. **Gestão Democrática: a experiência do Planejamento Participativo 2014-2017 no município de Santo Amaro- Bahia**. 76 páginas. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
HUMANOS, DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS. Unic/Rio/005.Jan 2009.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **PPA 2008/2011: as prioridades do governo Lula - Brasília, novembro 2007 - Ano VII - nº 13 – Disponível em:** <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO%20PPA%202008%202011.pdf>>. Acesso em: 15 ago 2018.

MATOS, Patrícia de Oliveira. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND. 2002**. 184 f. Dissertação (mestrado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 29. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORONI, J.A. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, L. (org.) **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

PALUDO, Augustinho Vicente; PROCOPIUCK, Mario. **Planejamento governamental: Referencial teórico, conceitual e prático**. São Paulo: Atlas, 2011.

PAGLIARUSSI, M. S.; NOSSA, V.; LOPES, V. A.. A influência do plano plurianual nos indicadores de execução: um estudo exploratório na prefeitura de vitória. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.29-45, set. 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

POMPONET, André Silva. **Plano plurianual participativo 2008-2011 na Bahia: uma análise**. 140f. il. 2012. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PROETTI, S.. **Introdução ao marketing: conceitos básicos para o estudo de marketing**. 2 ed. São Paulo: EDICON, 2006.

ROSA, M. A. S.. **Avaliação de programas no setor público: análise da experiência do estado de minas gerais em avaliação de programas no âmbito da avaliação do plano plurianual de ação governamental (PPAG)**. 2016. 83 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração Pública, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2016.

SÁ, Manoelito Roque. **Actas e Atos**: resumo histórico da Câmara Municipal de Cruz das Almas/Manoelito Roque Sá. – Cruz das Almas: Gráfica e Editora Nova Civilização Ltda, 2007. 160p.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SOUZA, Celina. **Orçamento Participativo**: as análises das experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: ANDREWS, C. W.; BARIANI, E. (Org.). *Administração Pública no Brasil Breve História Política*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010.

SOUZA, Antônio Ricardo. **As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública**. Revista do Serviço Público. Ano 55, N.4. Out – Dez 2004

THOMÉ, V. S.. **Instrumentos de planejamento e a nova lei de finanças públicas**. 2012. 60 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, 2012.

VARELA, P. S.; MARTINS, G. A. Indicadores sociais no processo orçamentário do setor público: possibilidades e limites. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. **Anais Eletrônicos... Brasília: ANPAD**, 2005.

ANEXO A - INICIATIVAS REGISTRADAS NO PPA 2018-2021

GESTÃO DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO DO PROGRAMA	A Proteção Social Básica tem o objetivo de promover a prevenção e a diminuição dos índices de situações de vulnerabilidades e de riscos sociais, das famílias, dos indivíduos e das comunidades. Para tanto, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se tornam prioridade nos territórios em que estão instalados os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social. A Proteção Social Básica tem caráter preventivo e processador de inclusão social, destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, situação de privação (ausência de serviços públicos), em situação de fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) – PNAS/2004.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Famílias referenciadas - CRAS	2016	5000	6000
	Capacidade de atendimento - SCFV	2016	25%	50%
	SCFV - Ficha etária 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	2016	520	600
	SCFV - Ficha etária 0 a 17 anos, maiores de 60 anos sem situação prioritária	2016	260	260
	IDCRAS médio	2016	0,83	0,85
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			

INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	Município	Gestão
Manutenção e implantação ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Município	Gestão
Apoio ao serviço de convivência e fortalecimento e ao desenvolvimento de políticas que promovam e defendam os direitos dos idosos	Município	Gestão
Apoio ao serviço de convivência e fortalecimento e ao desenvolvimento de políticas que promovam e defendam os direitos de crianças e adolescentes.	Município	Gestão
Apoio ao serviço de convivência e fortalecimento e ao desenvolvimento de políticas que promovam e defendam os direitos políticos e sociais de pessoas com deficiência	Município	110 usuários atendidos
Busca Ativa de pessoas idosas, beneficiárias do BPC, para inclusão nos serviços de proteção social básica	Município	508 questionários aplicados
Apoio ao desenvolvimento de políticas que promovam os direitos políticos e sociais para a juventude	Município	95% do público atendido
Apoio ao desenvolvimento de políticas que promovam a igualdade racial/respeitando as especificidades	Município	95% do público atendido
Apoio ao desenvolvimento de políticas que promovam os direitos políticos e sociais para as mulheres	Município	95% do público atendido
Desenvolver a atualização cadastral das famílias e cadastramento de novas famílias elegíveis, com busca ativa, através de ações descentralizadas.	Município	Gestão
Implantação do CRAS Itinerante	Município	CRAS itinerante implantado
Aquisição de Veículo	Município	veículo adquirido

GESTÃO DAS POLÍTICAS ESPECIAIS

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)				3.852.370
OBJETIVO DO PROGRAMA	Promover a participação política da juventude e garantir o empoderamento juvenil.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Publico jovem de 15 a 29 anos	2017		60%
	Parceria Secretariade Educação; Cultura Esporte e Lazer	2017		50%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS ESPECIAIS			
INICIATIVAS		REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA	
Projeto Cultural na Biblioteca		Município	Gestão	
Criação do Comitê Gestor Do "Juventude Viva		Município	01 comitê criado	
Implantação e Manutenção do Conselho Municipal de Politicas Especiais		Município	01 conselho implantado e mantido	
Campanha para estimular organização dos Grêmio		Município	20 campanhas realizadas	
Festival Municipal da Juventude		Município	04 eventos realizados	
OBJETIVO DO PROGRAMA	Promover a geração de emprego e renda para a população jovem. Estimular e garantir a reserva de vagas de empregos para a população jovem.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Jovem de 15 a 29 anos de idade	2017		60%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS ESPECIAIS			
INICIATIVAS		REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA	
Criação de banco de dados sobre a juventude a partir da transversalidade entre Órgãos da Prefeitura e Sociedade Civil		Município	Gestão	
Capacitação Profissional da Juventude junto ao SENAI, SENAC e SEBRAE		Município	50%	
Realização do evento Amostra do Jovem Empreendedor		Município	50%	

GESTÃO DAS POLÍTICAS ESPECIAIS

OBJETIVO DO PROGRAMA	Promover a qualidade de vida da juventude e redução da mortalidade juvenil.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS ESPECIAIS			
INICIATIVAS		REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA	
Criação de um Fórum permanente sobre a juventude e segurança pública		Município	Gestão	
Criação de projeto piloto Espaço Juventude Viva		Município	Gestão	
Projeto Grafite Legal		Município	20%	
OBJETIVO DO PROGRAMA	Desenvolver ações de incentivo ao empreendedorismo de mulheres e grupos produtivos. Promover ações educativas nos espaços escolares e dar suporte às mulheres em situação de violência.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Mapeamento de mulheres produtivas	2016	0%	100%
	Baianas de Acarajé	2016	0%	100%
	Tabuleiros de Acarajé	2016	0%	50%
	Mulheres Atendidas	2016	0%	100%
	Oficinas Formativas	2016	0%	100%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS ESPECIAIS			
INICIATIVAS		REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA	
Promoção a autonomia e empreendedorismo feminino		Município	Gestão	
Combate a Violência e Promoção da Saúde		Município	Gestão	

GESTÃO DAS POLÍTICAS ESPECIAIS

OBJETIVO DO PROGRAMA	Orientar e executar atividades voltadas à implementação de políticas à promoção da igualdade racial.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Quantitativo de participação do público alvo nas ações	2016	20%	100%
	Redução dos atos de intolerância religiosa e do racismo	2016	60%	30%
	Cumprimento dos objetivos	2016	5%	90%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS ESPECIAIS			
INICIATIVAS		REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA	
Promoção da Igualdade Racial		Município	Gestão	
Novembro Negro		Município	Gestão	
OBJETIVO DO PROGRAMA	Reduzir as desigualdades sociais nas comunidades tradicionais. Garantir o acesso a direitos sociais: saúde e educação.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Quantitativo de comunidades e público beneficiados	2016		
	Monitoramento das ações e dos seus impactos	2016		
	Cumprimento dos objetivos	2016		90%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS ESPECIAIS			
INICIATIVAS		REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA	
Ações transversais visando implantação de turmas da Alfabetização/ Educação de Jovens e Adultos em comunidade Quilombola		Município	Gestão	
Realização da Caravana da saúde		Município	Gestão	
Ações transversais visando a Regularização da terra		Município	Gestão	

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)		166.964.790		
OBJETIVO DO PROGRAMA	<p>Proporcionar um atendimento de melhor qualidade aos alunos, visando sua formação básica, de forma que estes possam ter um processo de ensino e aprendizagem cada vez melhor, com o auxílio de professores capacitados que poderão organizar ações adequadas para as necessidades dos alunos, bem como aumentar o número de vagas no ensino fundamental, as disciplinas da matriz curricular e a implementação de salas de atividades múltiplas. Oferecer a educação infantil gratuitamente nas creches em localidades que apresentem demanda deste serviço, proporcionando um atendimento mais amplo e de melhor qualidade, de forma que todas crianças tenham direito à brincadeira, atenção individual, ambiente aconchegante, seguro e estimulante, contato com a natureza, higiene, saúde, uma alimentação sadia, entre outros. Oferecer a Educação de Jovens e Adultos -EJA àqueles não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, através do Núcleo Municipal de Educação de Jovens e Adultos. Necessidade de proporcionar atendimento adequado a todas crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiências ou dificuldades de aprendizagem.</p>			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Número de alunos atendidas	2017		80%
	Crianças de 4 meses a 3 anos atendidas	2017		75%
	Crianças de 4 anos a 5 anos atendidas	2017		100%
	Pessoas atendidas no EJA	2017	536	599
	Crianças atendidas na Educação Especial	2017	32%	35%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Manutenção e desenvolvimento das atividades da Educação Infantil	Município	Gestão		
Manutenção do funcionamento das redes do Ensino Fundamental	Município	Educação Ambiental		
Manutenção e gerenciamento da Rede de Ensino	Município	Educação Ambiental		
Construção e adequação de quadras escolares	Município	05 quadras construídas e adequadas		
Gerenciamento do Laboratório de Informática da Rede de Ensino	Município	Gestão		
Gestão da Tecnologia da Informação da Rede de Ensino	Município	Gestão		
Aquisição e Distribuição de livros e material didáticos aos Alunos	Município	Gestão		
Educação Ambiental	Município	Gestão		
Manutenção da Rede de educação de Jovens e Adultos – EJA	Município	Gestão		
Manutenção das Atividades de Educação Especial	Município	Gestão		
Manutenção do centro de apoio Pedagógico	Município	Gestão		
Realização de Palestras e Seminários	Município	10 atividades realizadas		
Jornada Pedagógica	Município	4 atividades realizadas		
Apoio aos Conselhos do Sistema Municipal de Ensino	Município	Gestão		
	Município			

GESTÃO DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA	Estruturar as escolas para atender as demandas do ensino no município.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Construção e Ampliação de Creche Municipal	Tesouras	01 creche construída e ampliada		
Construção da Creche Proinfância	Lisboa	01 creche construída		
Ampliação de Escolas de Educação Infantil - pré escola	Município	Escolas ampliadas		
Ampliação de Escolas de Educação Básica	Município	Escolas ampliadas		
Reforma das unidades escolares do município	Município	Escolas reformadas		
Construção de Escolas de Educação Infantil - pré escola	Município	Escolas construídas		
Construção de Escolas de Educação Básica	Município	Escolas construídas		
OBJETIVO DO PROGRAMA	Atender com capacitação os professores e demais profissionais da rede regular de ensino no município.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Profissionais capacitados	2017	40%	90%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Capacitação para os professores da Educação Infantil	Município	Capacitações realizadas		
Capacitação em Educação inclusiva para professores do Ensino Regular	Município	Capacitações realizadas		
Capacitação da Equipe Técnica da Secretaria e dos Conselhos de Educação	Município	Capacitações realizadas		
Capacitação para as equipes diretivas das unidades de ensino	Município	Capacitações realizadas		
Capacitação periodica com foco no desenvolvimento vital realizado por profissional da psicologia, para equipes diretivas	Município	Capacitações realizadas		
Capacitação dos Manipuladores de alimentos nas Unidades Escolares	Município	Capacitações realizadas		
Reuniões Pedagógicas com Diretores e Coordenadores	Município	Capacitações realizadas		

GESTÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)		25.504.790		
OBJETIVO DO PROGRAMA	Promover a integração e inclusão social através de atividades esportivas e de lazer. Incentivar e apoiar o esporte local comunitário e de rendimento.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Realização e participação em jogos e eventos esportivos	Município	Gestão		
Apoio ao Esporte Amador	Município	Gestão		
Requalificação do Estádio Municipal	Município	Estádio requalificado		
Implantação do Projeto Vida Saudável	Município	Projeto implantado		
Construção de Quadras Esportivas e Poliesportivas	Município	quadras construídas		
Manutenção, reforma e conservação da Infraestrutura de Esportes e Lazer	Município	Gestão		
Manutenção e aquisição de equipamentos Esportivos	Município	Gestão		
Fortalecimento de Promoção das Práticas Esportivas e de Lazer	Município	Gestão		
Construção de Praças e Espaços Esportivos	Município	praças e espaços construídos		

GESTÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER

OBJETIVO DO PROGRAMA	Aumentar o incentivo à cultura para que a produção artística da cidade se desenvolva com criatividade e diversidade. Proporcionar maior acesso da população aos eventos de manifestação artístico-culturais.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Cumprir o calendário cultural	2017		100%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Promoção e gestão de festas eventos culturais	Município	Gestão		
Apoio a projetos e entidades culturais	Município	Gestão		
Capacitação do Profissional	Município	Gestão		
Revitalização do Fundo Municipal da Cultura	Município	Gestão		
Implantação das Oficinas culturais	Município	Gestão		
Requalificação da Biblioteca Municipal	Município	01 biblioteca requalificada		
Revitalização de espaços culturais	Município	Gestão		
Ampliação do Acervo bibliotecário	Município	Gestão		
Fomento às atividades musicais, cênicas e visuais	Município	Gestão		
Manutenção e reforma de espaços culturais existentes no Município	Município	Gestão		
Implantação e manutenção do Museu Municipal	Município	01 museu implantado e mantido		
Implantação e manutenção de Centros de Esporte, Cultura e Lazer	Município	Gestão		

GESTÃO DA SAÚDE

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)		134.958.670		
OBJETIVO DO PROGRAMA	Universalizar a cobertura e aumentar a resolutividade da atenção básica em Cruz das Almas.			
	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Cobertura da estratégia de saúde da família	2017		100%
INDICADORES DO PROGRAMA	Cobertura do programa de Agentes Comunitários da Saúde	2017		100%
	Cobertura do Núcleo de Apoio à Saúde da Família	2017		100%
	Cobertura de saúde bucal na atenção básica	2017		100%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Gestão e Humanização da Rede de Atenção à Saúde	Município	100% de cobertura		
Promoção da Saúde e Educação Popular	Município	100% de cobertura		
Operacionalização da Atenção Básica em rede	Município	100% de cobertura		
Manutenção das equipes de Estratégia de Saúde da Família - ESF	Município	Gestão		
Manutenção dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS	Município	Gestão		
Academeia da Saúde	Município	Gestão		
Ampliação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF	Município	Gestão		

GESTÃO DA SAÚDE

OBJETIVO DO PROGRAMA	Promover a humanização e a integralidade assistencial na rede de atenção à saúde em Cruz das Almas.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Proporção de serviços assistenciais complementares contratualizados	2017		100%
	Proporção da PPI realizada	2017		60%
	Proporção de serviços ambulatoriais regulados pelo sistema municipal de saúde	2017		80%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Ações de Apoio ao Tratamento Fora do Domicílio - TFD	M unicípio	Gestão		
Implantação e Manutenção da Atenção Domiciliar	M unicípio	Gestão		
Gestão e Humanização da Rede de Atenção à Saúde	M unicípio	Gestão		
Operacionalização da Atenção Especializada em rede	M unicípio	Gestão		
Manutenção das ações de Atenção Psicossocial Estratégica	M unicípio	Gestão		
Implantação e Manutenção das ações de Saúde Bucal Especializada	M unicípio	Gestão		
Implantação e Manutenção do Centro de Reabilitação em Saúde	M unicípio	Gestão		
Manutenção das ações do Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU 192	M unicípio	Gestão		
Manutenção das ações da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	M unicípio	Gestão		

GESTÃO DA SAÚDE

OBJETIVO DO PROGRAMA	Promover a resolutividade e a integração em rede do sistema de saúde em Cruz das Almas. Promover a gestão estratégica e participativa do SUS municipal. Adequar a infraestrutura da gestão e dos serviços de saúde pública em Cruz das Almas.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Receita própria aplicada em saúde	2017		20%
	Trabalhadores da rede de serviços de saúde envolvidos em atividades de educação permanente	2017		50%
	Reuniões do Conselho Municipal de Saúde realizadas	2017		12
	Unidades de saúde adequadas a RDC 50	2017		80%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Ampliação e manutenção da frota de veículos da saúde	Município	Gestão		
Gestão e Humanização da Rede de Atenção à Saúde	Município	Gestão		
Implantação e Manutenção das ações de Controle Social no SUS	Município	Gestão		
Readequação da estrutura física das Unidades de Saúde	Município	Unidades readequadas		
Reaparelhamento das Unidades de Saúde	Município	Unidades reaparelhadas		
Construção de Unidades Básicas de Saúde	Município	02 unidades construídas		
Capacitação e qualificação dos profissionais da Saúde	Município	Gestão		

GESTÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)			33.647.416	
OBJETIVO DO PROGRAMA	Proporcionar aos cidadãos do Município a prestação de serviços eficientes na manutenção e conservação das vias, coleta de lixo, limpeza das logradouros e outros serviços, a fim de garantir o bem-estar de todos e com isso contribuir com a qualidade de vida da população.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Pontos de lixo	2016		50%
	Propriedades prediais atendidas pela coleta	2017		80%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Implantação e Manutenção da Humanização dos pontos de lixo Municipal	Município	Gestão		
Requalificação e Manutenção da iluminação pública	Município	Gestão		
Manutenção dos Mercados, Praças, Parques e Jardins	Município	Gestão		
Manutenção da Limpeza Pública Municipal	Município	Gestão		
Manutenção dos serviços de coleta de lixo	Município	Gestão		
Manutenção e conservação dos cemitérios municipal	Município	Gestão		
Gestão da coleta seletiva de lixo	Município	Gestão		
Aquisição de Veículos	Município	04 veículos adquiridos		
Aquisição de Máquinas e equipamentos	Município	Gestão		

GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)				65.099.977
OBJETIVO DO PROGRAMA	Melhorar as condições gerais de infraestrutura urbana. Realizar ações de caráter contínuo envolvendo manutenção, reforma, adequação nos espaços e prédios públicos.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Pavimentação, Calçamento e Drenagem de Vias Públicas	Município	Gestão		
Construção de mercados, praças e jardins	Município	Gestão		
Ampliação da Rede de Esgotamento Sanitário	Município	Gestão		
Urbanização de assentamentos	Município	Gestão		
Requalificação do Mercado de Carne e Peixe	Município	Gestão		
Obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares	Município	Gestão		
Manutenção Conservação da Rede de Drenagem	Município	Gestão		
Manutenção e Conservação das Vias Públicas	Município	Gestão		
Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais	Município	Gestão		
Manutenção e Conservação de pontes	Município	Gestão		
Manutenção e conservação de Prédios e Espaços Públicos	Município	Gestão		
Manutenção da Infraestrutua Urbana	Município	Gestão		
Construção de Cemitério	Município	01 cemitério construído		

GESTÃO DO TRANSPORTE E TRÂNSITO

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)				7.322.149
OBJETIVO DO PROGRAMA	Proporcionar maior condição de segurança e mobilidade no sistema de trânsito. Implementar e assegurar um bom atendimento aos usuários do transporte urbano, intermunicipal. Implementar e assegurar o transporte gratuito de estudantes incentivando a permanência e a frequência escolar.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Taxa de acidentes no trânsito nºde acidentes / nºde veículos)	2016	8%	5%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Campanha educativa e informativa para o trânsito	Município	Gestão		
Manutenção do Sistema de Estacionamento Rotativo	Município	Gestão		
Implantação de Sistema de Tecnologia ON LINE	Município	Gestão		
Implantação do Programa Mobilidade e Acessibilidade Urbana	Município	Gestão		
Ampliação e manutenção da sinalização horizontal, vertical, rede semaforica	Município	Gestão		
Fiscalização e Operacionalização dos serviços de Trânsito	Município	Gestão		
Implantação do Pátio para Depósito de Veículos	Município	Gestão		
Construção da Estação Municipal de Trânsito	Município	01 estação construída		
Aquisição de Veículos	Município	Veículos adquiridos		

GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)		2.500.000		
OBJETIVO DO PROGRAMA	Ampliar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho, fomentando a ampliação da base econômica e a geração de emprego e renda, desenvolvendo ações de suporte à indústria, comércio e turismo.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Ampliar acesso das pessoas ao mercado de trabalho	2016		30%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Desenvolvimento local Aceleração do Trabalho, Emprego e Renda	Município	Gestão		
Fortalecimento da economia solidária	Município	Gestão		
Realização de ações de suporte à indústria, comércio, turismo, bens e serviços	Município	Gestão		
Apoio ao trabalhador através de capacitação e intermediação de mão de obra	Município	Gestão		
Levantamento, sistematização e divulgação de informações sobre emprego e desemprego no município.	Município	Gestão		
Elaboração de estudos para o fomento do turismo	Município	Gestão		
Capacitação e requalificação profissional	Município	Gestão		

GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)		12.000.000		
OBJETIVO DO PROGRAMA	Promover a qualidade do meio ambiente através de melhorias, monitoramento e controle ambiental.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADOR ATUAL	INDICADOR PREVISTO
	Arborização	2017		50%
	Atividades Mantidas	2017		80%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Manutenção e revitalização da arborização urbana	Município	Gestão		
Manutenção de espaços e atividades ambientais	Município	Gestão		
Manutenção dos Poços Artesianos	Município	Gestão		
Construção de Aguadas	Município	Gestão		
Recuperação e Preservação das Nascentes de Rios Córregos	Município	Gestão		
Ações de preservação e defesa do Meio Ambiente	Município	Gestão		
Implantação e Manutenção do Canil Municipal	Município	Gestão		
Ações de preservação, conservação e manejo sustentável da biodiversidade	Município	Gestão		
Oferta de apoio técnico aos serviços de legalização ambiental	Município	Gestão		

GESTÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E MEIO AMBIENTE

OBJETIVO DO PROGRAMA	Incrementar a produção primária do Município, através do auxílio na execução de novos projetos agropecuários, ou na expansão e manutenção dos já existentes, nas área de mandiocultura, na Agricultura familiar e na , produção de hortifrus e produção em geral.			
INDICADORES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA	INDICADO R ATUAL	INDICADO R PREVISTO
	Cursos de Capacitação à produtores Rurais	2016	0	5
	% Famílias Produtoras Incentivadas	2016	0	50%
	% Familias associadas	2016	0	50%
	% Novos empreendimentos rurais apoiados	2016	0	50%
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE			
INICIATIVAS	REGIONALIZAÇÃO	META FÍSICA		
Apoio ao incremento da atividade rural	Município	Gestão		
Apoio à mecanização agrícola	Município	Gestão		
Recuperação das Casas de Farinhas	Município	01 unidade recuperada		
Implantação das Agroindústrias e Cozinha Industrial	Município	01 unidade implantada		
Implantação do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA	Município	Gestão		
Cadastro das Associações e produtor Rural	Município	50% de cadastramento		
Promoção da Produção da Agricultura Familiar	Município	75% de promoção		
Padronização e Estruturação da Feira Livre	Zona urbana	Gestão		
Implantação e incentivo da Feira Livre	Zona rural	Feira implantada e incentivada		
Implantação do Benefício da Indústria da Mandioca	Município	01 unidade implantada		
Promover a formação continuada em assistência técnica e extensão rural para técnicos, agentes, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, povos e comunidades tradicionais	Município	Gestão		
Implantar e requalificar a infraestrutura para produção, beneficiamento e comercialização da agricultura familiar	Município	Gestão		
Aquisição de veículos	Município	02 veículos adquiridos		
Aquisição de Equipamentos	Município	Equipamentos adquiridos		
Manutenção, conservação e revitalização da Infraestrutura existente	Município	Gestão		

GESTÃO DO PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)		3.646.296
OBJETIVO DO PROGRAMA	Aprimorar a Gestão Pública Municipal da população através da escuta, possibilitando o direcionamento dos recursos publicos para demandas reais de cada localidade. Manter e promover o desenvolvimento das atividades administrativas de diversos órgãos da administração municipal, visando o suporte aos programas finalísticos.	
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
INICIATIVAS		
Programa Governo do Povo Em Ação- GPA		
Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU		
Estudos e Projetos para Mobilidade Urbana		
Elaboração de Estudos para Construção da Estação Municipal de Transbordo		
Implantação da Delimitação de Bairros e Comunidades Rurais		
Realização de Audiências Públicas		
Elaboração dos Instrumentos Legais de Planejamento - PPA, LDO e LOA		
Elaboração e divulgação de relatórios anuais		
Realização de estudos e pesquisas		
Realizar a captação de recursos junto a Órgãos ou Entidades pertencentes ao Governo Federal e Estadual		
Ações de apoio a Regularização Fundiária		
Implantação e manutenção do Sistema de Participação popular e Democrática		

GESTÃO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

RECURSOS FINANCEIROS ESTIMADOS PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA (R\$ 1,00)	4.528.632
OBJETIVO DO PROGRAMA	Garantir a aplicação dos recursos públicos com participação popular e controle social, bem como o fomento e construção da cidadania. Este programa visa aproximar o executivo da comunidade através das suas ações. Permitir e incentivar o acesso da comunidade as informações sobre as políticas públicas no município.
ÓRGÃO RESPONSÁVEL	SECRETARIA MUNICIPAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
INICIATIVAS	
Articular juntamente como Gabinete do Prefeito e demais Órgãos as relações como Poder Legislativo, demais esferas de governo e sociedade civil	
Promoção de ações de divulgação das decisões e ações governamentais aos cidadãos e/ou instituições	
Implantação do Sistema de Eficiência na Política de transparência dos atos do poder públicos	
Implantação e manutenção da Casa dos Conselhos	
Manutenção das ações de Ouvidoria	
Informatização geral do setor da Ouvidoria	
Promover maior integração entre o cidadão e a Administração Pública Municipal, fomentando a maior participação da população de Cruz das Almas, na condição dos serviços públicos a partir do sistema de ouvidoria do município	